




viver
vidas e veredas da raia

Cooperação e Desenvolvimento Local

Mitos e Realidades

director: António Realinho
publicação trimestral
distribuição gratuita

09

ABR. MAI. JUN.

08

Estatuto Editorial

CARACTERIZAÇÃO E PRINCÍPIOS:

A revista VIVER – Vidas e Veredas da Raia é uma publicação trimestral, propriedade da ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul, para a informação, formação para o Desenvolvimento e promoção da qualidade e nível de vida das pessoas que habitam a sub-região em que estamos inseridos.

Em cada trimestre é desenvolvido um tema central, complementado por conteúdos que abrangem os diferentes temas relacionados com os objectivos da publicação.

A “VIVER” é independente de quaisquer poderes políticos e/ou económicos, não estando ao serviço de qualquer orientação pública ou doutrinária.

É, antes, um espaço aberto às pessoas que se preocupam com o exercício da cidadania, da coesão social e da promoção do desenvolvimento local e rural.

A “VIVER” está aberta à colaboração e intervenção dos seus leitores, quer através de artigos de opinião, envio de documentos, estudos ou trabalhos dentro do seu objecto, ou através de sugestões sobre temas a tratar nas suas páginas.

A “VIVER” pretende contribuir de forma especializada e credível para a formação de uma opinião pública esclarecida e crítica em questões de desenvolvimento local em meio rural, condição indispensável para se conseguir uma realidade (rural) social e economicamente mais justa e integrada.

A “VIVER” aborda territorialmente as questões específicas da área de intervenção da ADRACES e, tematicamente, as relacionadas com o Desenvolvimento Local em espaços rurais, numa perspectiva nacional e europeia. A “VIVER” tem circulação sistemática por entrega directa entre as populações da Beira Interior SUL e selectiva a nível nacional e europeu, por envio postal, sobretudo ao nível das Instituições públicas regionais, centrais e europeias.

A sua difusão internacional é assegurada online através dos sites da ADRACES e da rede das Universidades Rurais Europeias (APURE). www.adraces.pt e www.ure-ature.org.

OBJECTIVOS:

De incidência principal a nível regional – local:

- divulgar e promover os concelhos de intervenção, sua identidade, história, património e cultura;

- divulgar e promover iniciativas locais e rurais de sucesso que encorajem outras iniciativas;
- destacar e divulgar vidas exemplares, terras, costumes e tradições;
- promover e divulgar as produções locais, artesanato e turismo de qualidade;
- assegurar a divulgação de entidades, colecções e eventos regionais;

De incidência geral, nacional e internacional:

- privilegiar a discussão dos possíveis “caminhos” e estratégias que o desenvolvimento local e rural pode adoptar;
- divulgar projectos inovadores, demonstrativos e transferíveis que revelem as novas vias e possibilidades do desenvolvimento local e rural;
- divulgar e promover experiências internacionais adaptáveis às nossas realidades;
- contribuir para a divulgação de trabalhos de investigadores nacionais e internacionais na área do desenvolvimento local e rural;
- promover a reflexão especializada e alargada sobre as práticas de desenvolvimento local e rural;

Contribuir para um maior conhecimento e compreensão mútua entre as diferentes culturas rurais da EU. ☘



Estatuto Redactorial

SELECÇÃO DE CONTEÚDOS:

- A selecção dos temas trimestrais centrais é da exclusiva responsabilidade do Director, ouvido o Conselho Editorial
- Os conteúdos de cada número e seu alinhamento são da responsabilidade do Editor Geral, com prévia aprovação do Conselho Editorial.

ARTIGOS DE OPINIÃO E TRABALHOS ASSINADOS:

São da responsabilidade dos respectivos autores; a sua publicação apenas envolve, por parte da revista, um juízo sobre o interesse informativo dos mesmos e se estão de acordo com o objecto da revista e tema definido, não significando necessariamente concordância com as opiniões neles expostas. Os sumários, notas marginais, anotações extra-texto e artigos não assinados são da responsabilidade do Director e Conselho Editorial.

- A reprodução total ou parcial dos originais carece de prévia autorização do Director da revista.
- A Direcção não faz comentários sobre artigos de opinião e outros trabalhos de autor.
- A revista reserva-se o direito de publicar ou não os trabalhos recebidos e de sugerir qualquer alteração que se lhe afigure necessária, por razões de paginação. Depois de aprovados para publicação, os originais já não poderão ser substancialmente modificados. ☘

António Realinho
Director da ADRACES



FISHEYE

ADRACES Nascida e criada para cooperar

COOPERAÇÃO... é a palavra forte desta edição. Mas não é simplesmente uma palavra... é a razão própria da nascença e existência da ADRACES.

Ao escolher para grande tema a “COOPERAÇÃO”, no sentido mais abrangente do termo, quisemos ouvir diferentes opiniões sobre o acto de cooperar, a todos os níveis: da família, das relações de proximidade e de amizade, da comunidade, da BIS, da Região, do País, da Europa e de toda a HUMANIDADE com que nos possamos relacionar.

Gostaríamos de ter contado com mais contribuições, mas nem todos os convidados puderam dispor de ocasião para tal; a todos agradecemos a gentileza de nos terem escutado e incentivado a continuar com o trabalho que temos vindo a desenvolver, e de trazer para a reflexão colectiva temas que são determinantes das nossas condições de viver e de vida.

A ADRACES nasceu dum acto de Cooperação entre as quatro autarquias da BIS e de mais um punhado de cidadãos empenhados em cooperar para bem desta sub-região da Beira Interior Sul – BIS.

Assim nascida, não podia fugir, como popularmente se diz, à sua sina.

Por isso, ao longo destes 16 anos de actividade, temos dedicado especial atenção a esta dimensão da nossa prática, consubstanciada em iniciativas e acções que aqui resumimos:

- Celebração em 1993 de um protocolo de cooperação entre a ADRACES e a ADISGATA (ES) e PATRONATO PEDRO DE IBARRA (ES), com base no qual se instituiu a denominação de “LA RAYA/A RAIÁ”. Em 1995, aderiram ao projecto

mais 3 entidades espanholas e 1 portuguesa, cujas zonas de intervenção são contíguas à zona de intervenção circunscrita pelas “entidades fundadoras”. As actividades desenvolvidas foram:

- Edição de folheto bilingue caracterizador das zonas;
- Criação de uma base de dados sócio-económicos das várias zonas;
- Participação conjunta em feiras e exposições;
- Desenvolvimento de um programa estratégico de desenvolvimento para as zonas de abrangência das associações, bem como a promoção do intercâmbio sócio-cultural entre as populações;
- Realização de uma feira anual, rotativa, transfronteiriça;
- Criação da associação internacional “LA RAYA/A RAIÁ”;
- Prestação de serviços de apoio técnico a pequenas empresas.
- Associação de Direito Internacional DELOS – Constellation. Tratou-se de uma rede europeia para o desenvolvimento local sustentado dos 15 estados-membros da UE. A ADRACES foi um dos membros fundadores.
- Meios de comunicação em zonas rurais (Portugal, França, Espanha);
- A sustentabilidade dos sistemas agrários nas zonas deprimidas da bacia do Mediterrâneo (Portugal, Itália, Espanha);
- A integração do meio natural no desenvolvimento do território (Itália, Espanha, Portugal);
- RISE – Emergir (Alemanha, Itália, Portugal);
- O desenvolvimento sustentado na Europa do Séc. XXI (Portugal, Espanha).
- GEIE – Grupo Europeu de Interesse Económico, para a comercialização de produtos locais (Portugal, Itália, França, Espanha, Chipre, Grécia).
- Secretariado Permanente da APURE – Associação para as Universidades Rurais Europeias, Associação da qual a ADRACES é Vice-Presidente do Conselho de Administração e com o pelouro da Tesouraria.
- Através da APURE, a ADRACES está igualmente associada a um grande número de Plataformas e Redes Europeias de Cooperação para o Desenvolvimento Rural, em representação da qual participa regularmente do Grupo Consultivo para o Desenvolvimento Rural, da Comissão Europeia.
- Na secção “Os Nossos Parceiros”, esta revista tem dado conta de algumas das nossas actividades mais relevantes.

Estas são apenas algumas das acções ou iniciativas desenvolvidas. Como alguém disse: COOPERAR é como SEMEAR. Semear, não na terra, mas no coração das pessoas com que cooperamos. Como na agricultura, colheremos ou não, conforme os tempos decorrerem, mas, duma coisa há sempre a certeza, sem semente não pode haver colheita... A ADRACES semeia, mesmo sabendo que nem sempre se colhe, e quase nunca no momento previsto! Os nossos Pais também assim fizeram... “cooperaram” na esperança incerta de que nós nascêssemos! ☘

O Director



Rio Tejo

PEDRO MARTINS

- | | |
|--|---|
| <p>01 DO DIRECTOR
Adraces – Nascida e criada para cooperar</p> <p>03 DO EDITOR
É a vida que está cara...
Ou nós é que não sabemos comprar?</p> <p>04 TRIBUNA DA CIDADANIA
Virgínia Sereno:
A Cidadania exercida com alegria...</p> <p>08 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> <p>11 GRANDE TEMA
Cooperação e Desenvolvimento Local
– Mitos e Realidades</p> <p>31 AO SABOR DA PENA</p> | <p>34 TEM A PALAVRA
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia dos Escalos de Cima</p> <p>35 OS NOSSOS PARCEIROS</p> <p>39 TEORIAS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p> <p>40 NÓS ADRACES</p> <p>41 SENTIR A BEIRA
Raia de Solidariedade e Afectos</p> <p>43 QUIOSQUE DA BIS</p> <p>45 DO LADO DE LÁ
Zarza la Mayor</p> |
|--|---|

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho § **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães § **Editor-Geral:** Camilo Mortágua § **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós § **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão § **Director Comercial:** Luís Andrade
Produção Gráfica (Paginação / Impressão): Isto é, comunicação visual, lda · Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 · 4000-485 Porto § **Capa:** Isto É § **Colaboradores:** Abel Cuncas, Aida Rechená, Ana Paula Fitas, António Salvado, Armindo Jacinto, Carlos Rosa, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Guilherme Pereira, Inês Pedrosa, João Mário Amaral, Joaquim Alberto, Jorge Brandão, José Lopes Nunes (Jolon), José Portela, Lopes Marcelo, Luís Domingo Sabonete, Marco Domingues, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Mário Moutinho, Marta Alves, Paulo Pinto, Pedro Lino, Rui Morais, Sandra Vicente, Víctor Santiago

Depósito Legal: 243365/06 § **Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 § **Propriedade:** ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul · Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 § **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 502706759 § **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão § **E-mail:** viver@adraces.pt § **Periodicidade:** Trimestral § **Tiragem:** 4.000 exemplares

É a vida que está cara... Ou nós é que não sabemos comprar?

Mas a vida também se compra!? Claro... a todas as horas e todos os dias compramos coisas boas e más para vida. Escolher as compras que alimentam e prolongam a duração da vida ou as que, pelo contrário, só a agridem e diminuem, deviam ser opções livres e responsáveis... mas não são. Neste mundo, existem multidões de seres humanos que são obrigados a comprar, apenas e tão só, aquilo que os seus parcos rendimentos lhes permitem, quer em qualidade, quer em quantidade.

Mas também existem os que, sem necessidade, compram o que agride a própria vida, por simples “opção de vida”!

Destes últimos não nos ocuparemos nesta reflexão que nos propomos partilhar com os leitores destas páginas do número 9 da nossa revista. Todos ouvimos, vemos e lemos as notícias da crise alimentar, do aumento dos preços dos produtos básicos da nossa alimentação. “A vida está tão cara” que os pobres não a conseguem alimentar! Mas... será mesmo assim?

O que é um produto caro? – É um produto que sendo essencial à manutenção da vida, não está ao alcance da maioria, ou é um produto, produto da intoxicação “marketingueira” em favor do crescimento do consumismo/produktivismo ad infinitum, comprado por ignorância ou simples tentativa de aquisição de status social?

Caro é um quilo de arroz pelo qual cheguemos a pagar 2 ou 3 euros, ou uns bilhetes para o futebol ou para ver a Madonna a 60 euros?

Caro é um quilo de bom peixe por 6 ou 8 euros, ou mais; ou 2 decilitros de creme para fazer caracóis brilhantes no cabelo, pelos mesmos 6 euros? (São apenas alguns exemplos).

Bem sei, é subjectivo, e nem só de estômago é feito o Homem! Cada pessoa tem as suas necessidades, etc. e tal. Pois é, mas, normalmente, a cabeça não funciona com estômago vazio! E, também normalmente, sucede acontecer o que aconteceu ao burro do cigano, quando estava habituado a não comer... morreu.

Muitas das vozes, que agora mais se ouvem a defender os pobrezinhos que não podem comprar a comida ao preço que está ou vai ficar, pertencem às mesmas pessoas, às mesmas organizações e interesses, que ao longo destes últimos 25 anos aproximadamente, obrigaram os produtores de bens alimentares, sobretudo os mais pequenos – e menos competitivos em relação aos grandes grupos internacionais agro-alimentares –, a terem de produzir abaixo dos custos reais de produção, condenando-os à miséria ou a abandonar as suas explorações, a emigrar para os centros industriais, para aí trabalharem para quem objectivamente os tinha “escorraçado” dos campos!

Quiseram habituar-nos a uma alimentação “abundante e barata” (há 60 anos uma família gastava o dobro para se alimentar), sem olhar à qualidade, para que dos rendimentos das famílias sobrasse o suficiente para lhes comprarmos todas as “bugingangas mais ou menos supérfluas” que o seu grande espírito empreendedor e a ânsia de lucros iam produzindo.

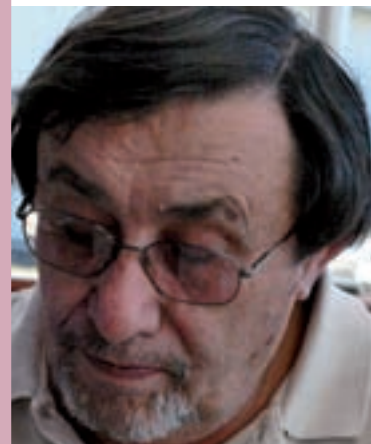
A partir dos “famosos gloriosos anos” que se seguiram por três curtas décadas à última grande guerra, o poder político passou definitiva e radicalmente de mãos, saiu dos campos e concentrou-se nas mãos dos grandes senhores da indústria manufactureira e da banca, sua intermediária na captação dos recursos financeiros necessários à sua expansão.

Controlado o poder político e financeiro, ainda por cima apoiados por políticas subsidiárias geridas pelos próprios e pagas por todos nós, foi-lhes fácil apoderar-se dos meios de produção, de transformação e distribuição agro-alimentar, concentrando nas suas mãos o controle do mercado; quando o conseguiram, bastou-lhes provocar a escassez para aumentar os preços e os lucros próprios, mas não para dar o justo pagamento a quem possa produzir em pequena escala e com a garantia de qualidade que é dada pela relação directa entre produtor e consumidor.

Hoje, querem convencer-nos de novo que os responsáveis por alimentar os pobres deste Mundo são quem produz alimentos. Na

Camilo Mortágua

Editor-geral
camor@sapo.pt



opinião deste sábios economistas: os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores, as pessoas que se esforçam por cuidar da terra mãe e da qualidade do que comemos, é que têm que vender a perder o produto do seu trabalho, para que os pobres gerados pela lógica da competitividade sem limites se possam alimentar!

Que se acabem os subsídios e se criem as condições para que quem produz possa viver dignamente do seu trabalho, sem estar à mercê de esmolas condicionantes da liberdade de opções e de opinião.

Em última análise, a questão dos pobres poderem ou não adquirir o essencial da sua alimentação não é um problema agrário, é uma questão social. Subsidiem-se os consumidores pobres e pague-se a quem produz o justo preço pelo seu trabalho!

Caros leitores, pode parecer-vos estranho que, sendo “A cooperação e o Desenvolvimento Local” o Grande Tema desta edição, tenha derivado para estes ligeiros comentários sobre o tema da crise alimentar. Por estranho que vos pareça, penso que uma coisa tem tudo que ver com a outra, a valorização dos nossos produtos locais e a reanimação dos nossos campos e aldeias dependem da evolução que vier a ser dada a estas questões. Se estas breves linhas tiverem servido para despertar em vós algum interesse pela discussão destes assuntos, dou-me por satisfeito.

Boas férias, se possível cá dentro, em segurança rodoviária e alimentar. ☘





*Sempre fui uma pessoa do verbo ir.
Sempre tive apetência pelo que é novo.
Se é novo... então vamos lá a ver no que
é que dá! Claro, é preciso ir, a gente vai!*

Virgínia Sereno

A Cidadania exercida com alegria...

Tinham-nos dito que havia uma senhora “duma certa idade” que, pela sua devoção a uma causa, pelo seu percurso de vida, merecia ser apontada como exemplo de cidadã. Numa destas últimas tardes dos primeiros dias de Maio, de céu cinzento, chuvosos e frio, lá fomos à procura da Dona Virgínia, na Sede da Associação de Apoio à Criança ali na Rua Conselheiro Albuquerque, 21, em Castelo Branco. Numa vivenda discreta, por onde se passa sem sequer suspeitar da grandeza da gesta humana que aquelas paredes resguardam! A personagem existia... encontrámo-la no seu acanhado “escritório” com ar de quem não está no seu ambiente favorito, com ar de quem está ali de passagem para ir ao encontro de outra coisa que não os “papéis”, ir ao encontro de quem se sente Mãe ou Irmã, ao encontro das pessoas/“seus” pacientes e protagonistas daquela partilhada luta pela saúde e, tanto quanto possível, por uma vida digna e respeitada. E, logo que fitamos o seu olhar, o tempo aqueceu! O cinzento do céu abriu-se, surgiu a luz e sentimos que a alegria contagiante da nossa interlocutora nos inundava de optimismo... O dia estava ganho! A partir desse sentimento de alegria partilhada, a conversa decorreu ininterruptamente, salpicada de expressivos gestos, sublinhados por sorrisos desdramatizadores das recordações menos alegres.

Todo este trabalho comunitário a que se dedica... também o faria se não fosse Assistente Social?

Fazia! É claro que fazia!

Um dia podemos falar da associação que dirige, mas, por agora, o que interessa é a sua história.

Ai, eu nem posso contar a minha história toda... Isso era um escândalo aí, se as pessoas soubessem a minha vida... (risos).

Queremos saber o seu passado e as suas lutas, que nos dê exemplos para continuarmos a ter força para fazermos coisas fora do comum. Colocando-me numa posição muito incómoda, tenho que perguntar-lhe a sua idade.

Não me importo nada de dizer a minha idade. Eu sou ao contrário das outras pessoas, porque quando fiz 65 anos fiquei muito contente e disse a toda a gente a idade que tinha alcançado. Porque é uma idade que eu nunca pensei que lá chegaria. A partir desse dia, deu-me na gana de fazer tudo o que me apetecia, viver a vida sem preocupações, gozar a vida sem me conseguir preocupar com nada, porque eu achava que nunca chegaria aos 65 anos.

Conseguiu viver sem preocupações?

Tenho conseguido. Portanto, se eu até aqui poderia não dizer a minha idade, agora alegro-me de cada ano que faço. Pode ser uma ideia um bocado ambígua, mas de facto é assim. Vou fazer 66 anos em Novembro deste ano, se lá chegar.

De onde é natural?

Sou natural do Salgueiro do Campo, onde fiz a quarta classe, depois vim para o Liceu de Castelo Branco estudar. Filha de comerciantes, uma família na altura considerada com algum poder económico, depois de ter estudado em Castelo Branco, fui tirar o curso de Auxiliar de Serviço Social para São Pedro de Alcântara, em Lisboa. Depois fui para África, para Angola. Emigrei completamente sozinha, deixando cá os meus pais e fui trabalhar para Angola, porque na altura cá ganhávamos 1500 escudos, ao passo que lá o ordenado era de

4050 escudos. Portanto, embarquei sozinha de avião, com o consentimento dos meus pais, que sempre foram pessoas muito abertas. Apenas me perguntaram se sabia o que ia fazer. E eu sabia perfeitamente. Queria ir para uma terra onde havia calor e onde podia ajudar pessoas. Na altura encontrava-me a trabalhar na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, prestes a fazer contrato para passar a efectiva, mas decidi largar tudo e ir para Angola. Claro que chegada lá, passados uns tempos senti-me muito abandonada, mas nunca transmiti para a família que estava sozinha. Sempre pensei para comigo mesma: “Já que vim, venci”. E acabei por gostar muito de lá estar, porque lá fazia-se trabalho comunitário a sério. Trabalhava-se junto da população, era um trabalho de terreno, e aquilo bastava-me. Ainda namorei por lá, mas não casei. Fiquei em Angola dois anos e meio, depois fui para Lourenço Marques, onde os meus pais se encontravam. O meu pai era funcionário no Ministério da Agricultura, penso eu, na altura não sei bem como se chamava, estava ligado à Junta de Povoamento de Moçambique. E então eu fui de Angola para Lourenço Marques para trabalhar na Junta Provincial de Povoamento. Dei por ali muitas voltas. Passei, trabalhei muito, fui até à Manhiça, às Ilhas Josina Machel, e de Angola também conheço muita coisa.

A PESSOA RETORNA... PORQUE JÁ FOI!

Voltei como retornada com o 25 de Abril, e nunca tive problema nenhum em me chamarem retornada. Sempre disse que se eu retorno é porque tive a coragem que muitos na altura não tiveram de ir para lá. A pessoa retorna porque já foi.

Sentiu dificuldades nesse período?

Dificuldades económicas não posso dizer que passei, porque eu trazia o meu vencimento, na altura recebia lá 5750 escudos. Ao vir para cá, no Quadro Geral de Adidos tínhamos uma redução, mas como fui viver para a aldeia, para casa dos meus pais, onde viviam também a minha irmã, o meu cunhado e os meus sobrinhos, não senti grandes dificuldades de dinheiro. Embora tivesse ficado com o cargo do IARN em Lisboa, pedi transferência para ficar junto da família. É claro que ganhar em África cinco contos e vir para cá com bastante menos, fez alguma diferença. Mas eu também não sou daquelas pessoas que se queixam. Desde que a pessoa tenha o básico para viver no dia-a-dia, não tem de que se queixar. Não preciso de ganhar três mil contos para poder viver. Consigo ter uma vida agradável com muito menos.

Economicamente não foi muito mau, embora tenha vindo de lá sem nada. Só que vivendo na aldeia com aquilo que recebia, conseguia viver tranquilamente. A minha grande dificuldade foi a adaptação a Portugal. Senti foi a diferença de vida que lá tinha. Não falo de luxos que perdi, mas sim das mentalidades fechadas de cá em comparação às de lá. Eu estava habituada a uma vida de falar sem receios e cá não tenho essa liberdade. Senti alguma dificuldade de adaptação.

Foi importante ter ido a Angola? Sente que a retornada era uma pessoa diferente daquela que foi?

Muito importante. As minhas vivências durante a passagem por Angola e Moçambique, e apesar de ser uma pessoa já com uma mente aberta, contribuíram muito para a pessoa humana que hoje sou. O tipo de vida que se levava junto daquelas pessoas, a amizade que havia, o desprendimento em relação às preocupações banais, fez de mim uma pessoa muito melhor e muito mais aberta.

Hoje tem família?

Sim, tenho dois filhos, sou viúva, reformei-me da Segurança Social em 2004 e agora estou aqui na Associação de Apoio à Criança.

Este projecto nasceu como?

Este projecto não nasceu comigo, nasceu de uma Associação de Pais que, na altura, tentou dar resposta às necessidades dos filhos a frequentar o ensino regular. Nessa data, as escolas funcionavam a meio tempo, ou no tempo da manhã ou no tempo da tarde, e havia a necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças. Como os miúdos estavam integrados no ensino regular, era necessário ocupar aqueles que não eram aceites no OTL no período em que estavam livres. Então os pais criaram esta associação com este objectivo de dar apoio extra-escolar aos filhos. Depois a instituição foi crescendo, as solicitações da comunidade em relação à instituição aumentaram e viraram-se mais para as pessoas adultas com deficiência, pelo que a instituição instintivamente foi reorientando os seus objectivos. Portanto, hoje recebemos crianças e adultos. Crianças, neste momento, só temos uma, que nos foi entregue pelo tribunal. Os outros 42 são jovens e adultos com deficiência, que pode ser ainda associada de doença mental. Trabalhamos muito em parceria com a psiquiatria no Centro de Actividades Ocupacionais, que tem sido muito elogiado por eles.

Quando se reformou da Segurança Social, já tinha este projecto em mente?

Não. Ficar aqui como estou todo o dia, não. Quando me reformei da Segurança Social, pensei em várias hipóteses: ou ia para a

Universidade Sénior como fizeram as minhas outras colegas, cheguei mesmo a matricular-me, mas acabei por desistir e por ficar aqui a tempo inteiro. Mas a ideia no início era vir aqui, dar o apoio necessário como assistente social em termos de voluntariado durante algumas horas. No entanto, acabei por desistir de tudo e fiquei aqui.

Já não como voluntária?

Não, continuo como voluntária. Estou aqui como voluntária o tempo todo.

Os filhos já são grandes? Já não chamam pela mãe?

Já, mas ainda chamam por mim. Mas quando é preciso a gente também lá vai. O tempo chega para os filhos e para todos os utentes da associação. Tudo bem dividido chega para todos.

AQUI NÃO FAZEMOS ASSISTÊNCIA SOCIAL... FAZEMOS ACÇÃO SOCIAL COM TÉCNICA.

Aqui não fazemos assistência social. Nós aqui fazemos Acção Social com Técnica. Ou seja, temos objectivos a atingir para cada um deles. Isto não é fazer caridade. Isto faz-se de acordo com objectivos específicos para cada utente. Para os promover, para os inserir, para os apoiar e apoiar as respectivas famílias para que eles progridam. Não é dar para aparecer no jornal ou porque parece bem. É essencialmente ajudá-los a inserirem-se na sociedade.

Na sua opinião, quanto é que vale por mês a satisfação que dá trabalhar aqui?

Não há dinheiro que pague. Eu saio daqui contente por estar com eles. Saio daqui cheia. Não estou a pensar no dinheiro; se pensasse no dinheiro, não estava cá.

E a saúde?

A saúde conta muito. Mas, por enquanto, eu tenho saúde q.b. O que conta em primeiro é a minha saúde e a saúde dos meus, mas também nesse bolo todo está o bem-estar deles. Eles estão quase equiparados aos meus filhos.

Saiu do Salgueiro do Campo e por aqui ficou. E tendo estado em Luanda e Lourenço Marques, duas grandes capitais africanas, aqui fixou-se numa capital de província!

E de que nunca gostei quando era miúda, é engraçado. Sempre disse ao meu pai que tinha de ir tirar um curso para sair de Castelo Branco. Mas, por destino, cá vim de novo parar. E fiquei colocada em Lisboa quando vim de África, no IARN, mas acabei por vir para o IARN do distrito de Castelo Branco.



E hoje o que sente?

Hoje não me arrependo.

Já gosta de Castelo Branco?

Aceito viver em Castelo Branco. Não aceito muitas coisas que a sociedade de Castelo Branco tem, como por exemplo, a formação de certos grupos elitistas por acharem que são senhores doutores. Em Castelo Branco ainda há muito a mania do doutor. É o novo riquismo e alguns velhos que mantêm certo tipo de preconceitos. Olhe, são aqueles que dizem que eu não sou ninguém, porque não adoptei o nome do marido. Isso para mim não conta nada. Mas se as pessoas vivem felizes, porque não deixá-las viver assim?

Mas isso ainda persiste?

Sim. Nota-se perfeitamente a delimitação de certos grupos. Basta ir às docas, por exemplo, para nos apercebermos disso.

Então vai ficar por cá?

Sim... Quer dizer, se um dia me der na real veneta... depende... Eu não sou uma daquelas pessoas certinhas. Eu sou capaz de estar em casa, e se me apetecer às seis da tarde ir para Espanha ou para Lisboa, eu vou. Já me aconteceu. Não tenho coisas destinadas para o dia seguinte, do género “amanhã faço isto”. Não, amanhã faço o que me apetecer!

Mas é isso que lhe mantém a saúde!

Pois, se calhar também é verdade. Se amanhã me passar pela cabeça que quero ir para o Porto, vou. Só digo aos meus filhos que me vou embora, porque têm de saber minimamente onde é que eu ando. Agora os outros não. Aliás, o que os outros pensam não me importa, nem nunca me importou.

Embora o que pensam os outros, quando a gente precisa de emprego, conta!

Sim, conta. Mas eu penso que, no meio de tudo isto, há sempre meia dúzia que pensa como nós e que aprecia o nosso trabalho, baseado em honestidade e sinceridade.

Acha que as assistentes sociais que são formadas hoje são diferentes das que eram formadas no seu tempo?

São. Pela experiência que tenho de trabalho com algumas assistentes sociais formadas recentemente, noto que já não dão tanto valor à parte humanitária. Eu não sei se não a recebem na escola, desconheço o ensino actual, mas olhar para cada pessoa como um indivíduo como nós olhá-vamos antigamente, buscar soluções assentes sobretudo no humanismo, já não se faz da mesma maneira. Essa parte está mais descurada hoje em dia.

Quando se vêem por aí tantas casas a guardar a terceira idade, daquelas que mal se entra dá imediatamente vontade de sair, que diabo de Acção Social é esta que temos em Portugal?

As instituições de terceira idade vão ter sempre de existir. O grande problema dessas instituições está no elevado número de idosos que elas albergam, para poderem “rentabilizar” os custos fixos, onde é quase impossível haver tratamentos de cuidados individualizados. Uma instituição, para prestar cuidados individualizados, tem de ser pequena ou dispor de muitos recursos humanos especializados. E hoje os recursos humanos especializados têm de ser bem pagos. Na maior parte das IPSS há apenas uma assistente social para 200 idosos.

E quantas não têm sequer assistente social?

Hoje em dia, também é frequente que muitas instituições não admitam assistentes sociais; antes admitem outros profissionais da área social que, não tirando o valor destes de modo algum, não conseguem, no entanto, desempenhar o papel dos primeiros. Cada um tem a sua especificidade em termos de tratamento. Se eu tivesse outra formação, eu não trabalharia tão bem nesta área, que conheço pela formação que tive, como os profissionais formados em História ou Sociologia, por exemplo. Alguns dos erros passam por aí.

Mas a Virgínia formou-se em...?

Eu tirei primeiro o Bacharelato em Auxiliar de Serviço Social e depois, mais tarde, já no pós-25 de Abril, quando regresssei a Portugal, tirei o Curso de Assistente Social. O primeiro tirei em Lisboa no Instituto de São Pedro de Alcântara, porque na altura, tal como acontece com as auxiliares de enfermagem, também havia auxiliares de assistentes sociais. Depois esse curso terminou, e eu quando regresssei a Portugal tirei no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra a licenciatura de Assistente Social, na altura ainda era particular, que é hoje o actual Miguel Torga. Tirei o curso já casada e com dois filhos. Ia eu e mais três colegas da Covilhã para Coimbra fazer o curso duas vezes por semana a Coimbra. Ainda não existia o IC8, fazíamos o caminho pela Serra.

Será que hoje há muito menos disponibilidade para investir em si próprio, para investir numa carreira, para investir na sua própria formação? As pessoas hoje são mais materialistas, só frequentam formações se lhes pagarem para aprender?

Pois, mas eu sempre fui uma pessoa do verbo ir. Nasceu a linha de emergência da segurança social, quem é que se oferece? “Eu”! Também sempre tive esta apetência e, por isso, a minha cabeça mantém esta atracção pelo que é novo... se é novo... então vamos ver no que é que dá.

Quando não há leviandade na cabeça, a cabeça pesa e a gente anda sempre a olhar para o chão. E quando se olha sempre para o chão, não se consegue ver o que se passa cá em cima... será isso?

Claro. É preciso ir, a gente vai.

O que é que gostava de reviver daquilo que já viveu?

Bem... não me arrependo nada daquilo que fiz. Se fosse hoje voltava a ir para África. Acho que o tempo que lá passei, o que trabalhei e o que aprendi, valia a pena voltar a viver.

Não sente falta de espaço?

Muita falta do espaço. Quando voltei, até as ruas achava estreitas.

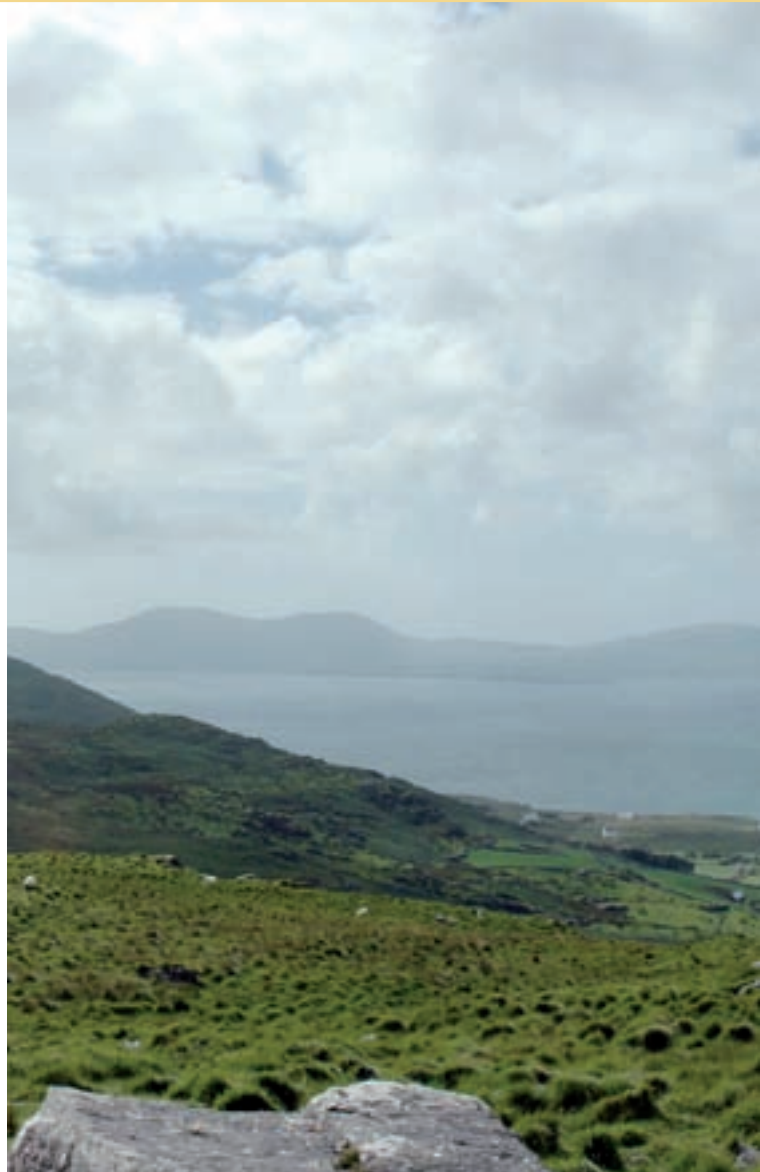
Pareceu-lhe que aqui havia gente a mais?

Sim. E ainda hoje, se puder, quando escolho uma casa para viver, não pode ter prédios à frente. Faz-me falta esse espaço. Por isso, quando saio daqui escolho sempre um sítio onde haja mar, menos o Algarve. Onde eu possa estender a vista até perder o alcance.

Até à próxima D. Virgínia, conserve essa alegria e essa coragem, e, como diz a canção: VIVA A VIDA.

Fique descansadinho, enquanto gostar tanto dela, não a deixo por conta de ninguém... vivo-a EU. ☺

O Voto da Irlanda e o futuro do Tratado de Lisboa



Certezas ainda há poucas. Parece certo que o tratado não entrará em vigor, como previsto, a 1 de Janeiro de 2009.

Portanto, a importante decisão sobre o “Balanço de Saúde” da Política Agrícola Comum, ainda será tomada unicamente pelo Conselho de Ministros, e não por co-decisão como previa o novo tratado.

Enquanto se aguarda pela reflexão dos políticos sobre as soluções possíveis para o problema, tudo indica a vai ser exercida sobre a Irlanda a máxima pressão política.

Até agora, os Parlamentos de 19 Países rectificaram o Tratado, entre eles: Bulgária, Roménia, Eslovénia, Hungria, Eslováquia, Finlândia, Lituânia, Letónia, Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, República Checa, França, Grécia e Portugal.

PROPOSTAS LEGISLATIVAS DA COMISSÃO EUROPEIA, RELATIVAS AO “BALANÇO DE SAÚDE” DA PAC

Supressão dos pousios obrigatórios. A Comissão propõe acabar com a obrigatoriedade de manter 10% das terras aráveis em pousio, permitindo assim a cabal utilização das áreas de cada proprietário.

Supressão progressiva das cotas leiteiras: As cotas leiteiras deverão desaparecer até Abril de 2015, através dum aumento progressivo das cotas actuais, à média de 5% anualmente.

Transferência de fundos entre o orçamento para as ajudas directas e o fundo de apoio ao desenvolvimento rural.

Actualmente todos os agricultores que recebam anualmente mais de 5.000 euros têm uma redução de 5% nos pagamentos. As diferenças correspondentes são transferidas para o orçamento de apoio ao Desenvolvimento Rural. A Comissão propõe passar dos actuais 5% para 13% até 2012. Reduções suplementares serão aplicadas às grandes explorações, de 3%, 6% e 9% para quem receba 100.000, 200.000 e 300.000 euros anuais de ajudas directas. Os fundos provenientes da aplicação destas medidas poderão ser utilizados pelos Estados Membros para reforçar Programas relativos às mudanças climáticas, às energias renováveis, ou à melhor gestão da água e da biodiversidade.

Para mais informação:

http://ec.europa.eu/regionalpolicy/sources/docoffic/official/communic/negotiation/com2008_301annexen.Pdf

POLÍTICA DE EMPREGO

É possível reduzir o número de pessoas vivendo na Europa com baixos rendimentos?

Pensa-se que, à medida que os novos Países membros consigam anular o seu atraso em termos de desenvolvimento económico e aumento dos seus rendimentos, tanto em termos absolutos, como



em relação à média comunitária, haverá uma rápida redução do número de pessoas vivendo com rendimentos muito baixos!

Actualmente, aproximadamente 100 milhões de Europeus (22% da população total) dispõem de menos de 60% do rendimento médio da U.E., ou seja, cerca de 8.000 € por ano e por pessoa só, o equivalente a 22€ por dia.

Estes montantes são ponderados em função do poder de compra e do tamanho de cada agregado familiar, por isso, os montantes exactos podem variar de país para país dependendo sempre da composição do agregado. Mas... cerca de 23,5 milhões de pessoas são obrigadas a sobreviver com menos de 10 euros por dia.

Portugal, cuja população deve escassamente rondar os 3% da população europeia, com cerca de 2 milhões de pessoas incluídas nessas faixas de rendimentos e muito abaixo, goza do “privilégio” de contar com 5% do total de europeus pobres!

Para mais informação:

http://ec.europa.eu/employmentsocial/spsi/reports_social_situation_en.htm

POLÍTICA DE PESCAS

O Comissário encarregado das políticas de pesca disse-se pronto a cooperar com os Estados Membros para encontrar soluções para a crise do sector devida ao galopante aumento do gasóleo, mas preveniu contra as falsas soluções e as ajudas ilegais, afirmando que:

“Ao contrário do que alguns pensam, as medidas avulsas de emergência só serviriam para eternizar os problemas do sector e ampliar os efeitos de uma eventual crise futura. Temos que agir em favor de uma verdadeira reestruturação do sector.

As grandes dificuldades do sector residem na inadequação entre a grandeza da frota e o nível sustentável das possibilidades de pesca” – acrescentou Joe Borg.

Observação:

Será que as grandes “indústrias pesqueiras multinacionais” obrigam a maioria dos pequenos e médios pescadores a vender as suas pescarias por preços que não dão para o gasóleo?

Para mais informação:

http://ec.europa.eu/fisheries/press_releases/2008/com08_39_fr.htm ☼



Carta de Paris

As relações entre as pessoas, ou os diversos grupos de pessoas, são relações de Cooperação/Colaboração (em pé de igualdade), ou de Domínio/Submissão (em pé de desigualdade). As relações de Domínio/Submissão são muito comuns, as relações de Cooperação são muito raras. Por isso é tão difícil fazer e desenvolver as cooperativas.

A Revolução Francesa foi há mais de 200 anos. Desde essa altura que as palavras IGUALDADE, LIBERDADE, FRATERNIDADE estão escritas em todos os edifícios públicos de França. Para que toda a gente se lembre que, enquanto esses objectivos não fizerem parte da vida de todos os dias, a Revolução não está feita. Todas as acções, públicas ou privadas, que ajudarem a fazer MAIS Igualdade, Liberdade e Fraternidade, vão no sentido começado pela Revolução Francesa há mais de dois séculos. Todas as acções, públicas ou privadas, colectivas ou individuais, que vão no sentido de desenvolver as relações de Domínio ou de Submissão, são contra a Igualdade, a Liberdade e a Fraternidade que a Revolução Francesa pretendia atingir, e de que ainda está tão longe.

No ano passado foi eleito um novo presidente da república francesa. Nas ideias que apresentou durante a campanha eleitoral, uma que sobressaiu foi a luta contra a imigração dita ilegal. Isto é, toda a gente que vier para França, sem ter sido para cá chamada, deve ser reenviada para os países de origem. O governo francês quer escolher os imigrantes antes de eles entrarem

em França, mas não aceita as pessoas que querem vir para cá trabalhar. E a verdade é que esta ideia lhe valeu muitos milhares de votos, talvez os suficientes para ser eleito. O que significa que muitos milhares de franceses estão de acordo com isto. Foi até criado, pela primeira vez em França, um ministério especial para tratar destes casos. E a primeira meta que fixou foi a de conseguir expulsar, todos os anos, um mínimo de 25.000 estrangeiros.

Nos anos 60, quando a maior parte dos portugueses veio para França, não era assim. Quando chegávamos, a polícia dava-nos uma autorização de residência para, durante seis meses, podermos procurar trabalho. Quem arranjasse trabalho, voltava à polícia com o contrato e as folhas de salário e passava ter autorização de residência, primeiro anual, depois de 5 anos, etc.

Durante os anos 70 começaram as dificuldades e o governo francês chegou a indemnizar os estrangeiros que voluntariamente quisessem voltar à sua terra. Muitos portugueses, que queriam voltar mesmo sem indemnização, aproveitaram e assim voltaram a Portugal com mais alguns cobres no bolso.

Só que, não havendo, desde essa altura, legalização fácil dos estrangeiros que vinham chegando a França, começou a ser difícil arranjar mão-de-obra suficiente, sobretudo para os trabalhos mais duros. E esses trabalhos começaram a ser feitos por pessoas sem documentação, ou com documentos falsos. Não só fazem os trabalhos mais difíceis,

como são obrigados a aceitar fazê-los sem nenhuma segurança. E nos trabalhos mais duros é que há sempre mais acidentes, incluindo acidentes mortais. As pessoas que trabalham nestas condições vivem como escravos.

Claro que todos aqueles que são contra as relações de colaboração, são a favor das relações de domínio/submissão. E conseguiram espalhar a ideia que são estes trabalhadores a causa de haver tanta gente desempregada. Afinal saiu-lhes o tiro pela culatra. A criação do novo ministério e a expulsão em massa contribuiu para que, pela primeira vez em França, mesmo ilegais, as pessoas dessem um primeiro passo para sair da escravatura. De facto, alguns milhares de trabalhadores clandestinos conseguiram organizar-se nos sindicatos e conseguiram fazer greve. A grande maioria já trabalha há mais de 10 anos aqui em França, tem os seus filhos na escola, sem nunca conseguir trabalhar legalmente. Mas se eles não fizessem cá falta não tinham trabalho. Agora o governo começou a legalizá-los, embora um a um.

Espero que esta greve seja só o início desta luta necessária pela libertação destes novos escravos. Infelizmente, quem tem algum poder só aceita a relação de cooperação se for obrigado a isso. Se não for obrigado, faz tudo para dominar os outros. Porque quem tem poder, tem sempre medo de o perder. ☘

Joaquim Alberto

Cooperação e Desenvolvimento Local

Mitos e Realidades



A cooperação de proximidade (Local)



PEDRO MARTINS

É um facto. A Grande maioria da Humanidade está mais interessada na riqueza material do que na ética ou na moral!

Assim sendo, a diferença entre “o que é e o que devia de ser” (se fosse como nós achamos que devia) é como da noite para o dia.

O que devia de ser resta sendo a nossa utopia, mas, até por isso, – “para que o Mundo pule e avance como bola colorida nas mãos duma criança” – é nosso dever permitir que eles, os sonhos, nos mostrem caminhos para a vida.

Isto para tornar claro que, embora saibamos que as boas práticas de cooperação estão longe de ser uma realidade generalizada nas intervenções de Desenvolvimento Local (e por isso), defendemos a necessidade de continuamente insistir na pedagogia da acção conjugada, na importância de combater o protagonismo individualista, nas vantagens decisivas de agrupar, juntar, unir, coordenar esforços, e... evitar os perigos fatais do isolamento, da acção pessoal isolada pelo segredo, da tentativa de desunir para reinar, da falta de concepção, programação e execução conjuntas, etc.

Ao falar de COOPERAÇÃO, queremos dar a esta palavra a maior abrangência possível. Queremos, em última análise, falar da capacidade de cada um, para encontrar em si o respeito e o reconhecimento pelos outros.

COOPERAÇÃO dentro e entre pessoas e instituições da BIS a todos os níveis, mas também com as pessoas e instituições de outras regiões, de outros Países.

Cooperar é como SEMEAR ou PLANTAR... só semeando ou plantando se PODE colher, independentemente da época da colheita.

É o que pretendemos fazer... semear, plantar, até que as forças e os meios permitam.

“COOPERAÇÃO ENTRE “DESIGUAIS”

*“Quem tem poder, tem sempre medo de o perder!”
(diz o Joaquim Alberto na sua “carta de Paris”)*

É, quem tem poder, qualquer poder, pequeno ou grande, real ou imaginado, em primeiro lugar preocupa-se em o conservar e, para tal, sente “naturalmente” a necessidade de controlar constantemente o uso que do “seu poder” fazem aqueles com quem se relaciona, não vá esse poder diluir-se ou passar-se para mãos alheias!

A obsessão da conservação dos poderes pessoais é um “vírus” que ataca com muita frequência os “líderes” de pequenas ou grandes equipas em todas as áreas da actividade humana (subserviência para cima, arrogância para baixo), provocando lentamente, mas quase sempre irremediavelmente, a progressiva destruição da capacidade e auto-confiança colectivas, e, por fim, o desaparecimento daquilo sobre o qual o “líder pretendia exercer o poder”.

Raramente se encontram Líderes capazes de compreender que a mais segura e duradoura forma de conservar “naturalmente” o seu poder é fazer da permanente partilha de poderes, a base da cooperação solidária indispensável ao fortalecimento das próprias lideranças.

Esta talvez seja a mais difícil e importante forma de cooperar, a cooperação entre situações de desigualdade de poderes. Embora os fins das diferentes formas de cooperação sejam idênticos (atingir o mais eficazmente possível os objectivos previamente definidos), nesta cooperação, os meios utilizados alteram a qualidade e a natureza social do produto dela resultante.

Nestas circunstâncias, pratica-se uma forma superior de cooperação, porque quem a proporciona e pratica é suposto poder impor uma relação de submissão, e não o faz. Não o fazendo, por defesa inteligente e esclarecida dos seus interesses e respeito pelos que com ele partilham a luta pelos objectivos em questão, revela superior compreensão das virtualidades duma relação de cooperação, preferindo-a a uma relação de imposição.

Nesta situação, já não se trata de cooperar por necessidade evidente de juntar forças para ser mais forte ou competitivo, trata-se, isso sim, de partilhar saberes e responsabilidades capazes de gerar motivações partilhadas e lideranças democraticamente consentidas pelo reconhecimento consensual dos seus genuínos valores. ☸

Pois... era bom saber onde é que a roda emperra do lado de cá...

*Entrevista a Álvaro Rocha,
Presidente da Câmara de
Idanha-a-Nova,
sobre as relações de
cooperação transfronteiriça*



ADRACES

Idanha-a-Nova tem tido iniciativas de cooperação com o outro lado da Raia?

Sim, podemos falar de cooperação entre Portugal e Espanha, sobretudo no âmbito do Programa INTERREG 3. É um processo já antigo, com várias iniciativas de sucesso. Uma das mais importantes foi a própria construção do Centro Cultural Raiano, erguido aqui na Idanha de comum acordo entre portugueses e espanhóis.

Mas, já antes disso, a ponte sobre o Rio Erges nas Termas de Monfortinho tinha sido uma obra levada a bom termo pelo entendimento existente entre nós, os responsáveis autárquicos de um e de outro lado, com o apoio do Governo da Extremadura.

A própria FEIRA RAIANA que se realiza desde 1994, também é uma iniciativa resultante desta nossa cooperação.

A Feira Raiana realiza-se todos os anos?

Ano sim, em Portugal, ano não, em Espanha, com algumas interrupções como aconteceu no ano passado e talvez venha a acontecer este ano. Vamos ver se ainda se realiza este ano, mas, por aquilo que temos vindo a verificar, não vemos do lado de Espanha interesse na realização da presente edição.

E onde se realiza a Feira Raiana do outro lado?

Não tem local certo. O evento salta de município em município, porque enquanto cá a Idanha assumiu o papel e negociou este tipo de acordo, do lado de lá, o acordo foi feito entre as associações de desenvolvimento local e elas englobavam vários municípios. Logo, em Espanha o evento tem passado pelas várias associações. O que

eu pensava é que, uma vez que já passou por todas, agora o evento se centralizasse num só município e fixasse um sítio certo para a sua realização em Espanha. Então seria realizado um ano em Idanha e outro ano nessa localidade fixa, mas até agora nada se concretizou nesse sentido. Tinha-se chegado a um certo entendimento de que deveria ser Moraleja a representar a Feira no país vizinho, mas de facto até agora essa decisão não se concretizou, pelo que a Feira regressará em 2009 a Idanha-a-Nova. Era para ser realizada já este ano aqui na vila, mas devido a um outro acontecimento a decorrer na mesma altura, é impossível a Idanha-a-Nova conseguir pôr de pé dois acontecimentos de tal dimensão no mesmo ano e, sobretudo, no mesmo mês. Moraleja até se dispôs para levar por diante a organização do evento este ano, mas as restantes associações espanholas não aceitaram bem o facto de Moraleja ter feito essa proposta primeiro à Câmara de Idanha e só depois consultar as associações espanholas. Encararam este voluntarismo como uma afronta aos poderes instituídos.

Em que mês se realiza a Feira Raiana?

Já teve diversas opções em Portugal, sendo que o maior número de edições se realizou no mês de Setembro, que era o que tinha ficado determinado. Mas tanto em Espanha como em Portugal já se fizeram ligeiras alterações. A última que se realizou no nosso país foi em Julho, porque era o mês que nos garantia maior estabilidade em termos de meteorologia, porque não temos sido muito felizes com o Setembro – já tivemos duas ou três edições estragadas pelo mau tempo. Penso que a próxima edição a ser realizada em 2009 se vai manter na mesma ordem de ideias e que Julho será o mês eleito para a sua realização.

Acha que haveria vantagem em conhecer melhor o que se passa do outro lado, de como as coisas funcionam do lado de lá?

Nós somos vizinhos, a vizinhança traz alguma proximidade e aquilo que é importante é que se perceba porquê, sendo a Província de Cáceres uma província que liga muito com o nosso concelho, com a nossa Região, e que não é muito privilegiada, com praticamente as mesmas condições que nós, e que não sendo das províncias que mais acompanhou o desenvolvimento do país espanhol, conseguiu, no entanto, crescer duas ou três vezes mais em relação ao nosso País. Ou seja, é importante perceber isto. E nós, mesmo aqui tão vizinhos não conseguimos perceber. Os nossos vizinhos não são quem mais cresce em Espanha e ainda assim conseguem crescer mais que o nosso País. Era bom que tivéssemos uma ligação mais forte, porque conseguiríamos agarrar-nos a um crescimento que não temos conseguido. Só por esse factor merece a pena cooperar e saber como as coisas se processam na realidade no lado de lá.

Pois... era bom saber onde é que a roda emperra do lado de cá...?

Exacto. Como é que o Interior espanhol, que não é a zona que cresce mais em Espanha, ainda assim consegue crescer mais que o nosso litoral. Alguma coisa se passa.

Tem uma opinião sobre isso?

Certamente que as dinâmicas de lá são diferentes das nossas para as realidades serem tão distintas! Ainda ontem esteve aqui na Câmara um político espanhol que nos fez compreender o cenário, mesmo ele sendo de uma área económica e de desenvolvimento tão específica como a energia. Dizia ele que, em Espanha, estavam muito virados para a energia fotovoltaica. De tal forma que já têm problemas de aprovisionamento de componentes para esta indústria. Logo por aí se pode ver que tem de haver um certo apoio do Governo para que esta situação aconteça. Se o Governo está a apoiar os empresários na fotovoltaica, logicamente que há ali um forte investimento das empresas no sentido de procurar captar todo o apoio que o Estado fornece. Eu tinha tido aqui há bem pouco tempo empresários portugueses que se queixavam que os 15 anos que o Estado Português se comprometia a apoiar, em Espanha eram 25! Isto já é razão suficiente para que o investimento marchasse para Espanha com apoios durante 25 anos e não de 15, como acontece em Portugal. Os empresários portugueses consideram que 15 anos é pouco, que 25 anos é que são adequados para permitir recuperar e refazer os investimentos.

Confrontei então o político espanhol que esteve aqui ontem com esta situação. Ele mostrou-me as diferenças: a burocracia de lá é pouca, a única coisa que exigem do empresário espanhol que pretende uma licença para produzir energia com apoio do Governo é que, por cada megawatt produzido, o empresário tem de garantir três postos de trabalho.

Ou seja, por cada megawatt de autorização, o empresário tem de arranjar três postos de trabalho seja em que área for, tem de garantir três postos de trabalho para ter autorização para cada megawatt. Tão simples quanto isso. Esta foi a resposta dada por um político espanhol. Se nós não conseguimos ir atrás dos espanhóis, é porque os espanhóis são capazes de ter este tipo de estratégias muito mais facilitadas do que as nossas. Três postos de trabalho em troca duma autorização.



ADRACES

Então quer dizer-nos que quanto menos burocracia, mais transparentes, directas e práticas as coisas se tornam?

Dá-me ideia que qualquer empresário ou qualquer empresa em Portugal recebe a custosa autorização para produzir megawatts, mas sem se comprometer a nada.

A Espanha facilita todo o processo inicial, não beneficia A, B ou C, antes vê a coisa como um negócio: a quem dá garantia de três empregos por megawatt ser-lhe-á concedida a autorização. É uma visão prática, que me parece que resulta certamente.

Eles dão 25 anos e em troca querem três postos de trabalho por cada megawatt produzido. Penso que até é uma forma de a Espanha resolver o seu problema do desemprego. Não sei quantos megawatts é que eles têm disponíveis para negociar... mas se aplicarem o mesmo critério a outras áreas é uma forma de combaterem o desemprego.

Temos alguma informação sobre se as Aldeias do outro lado da Raia conseguem fixar mais população do que nós?

Temos. Nós sabemos que eles conseguem fixar mais população, porque todo o espanhol desempregado tem um subsídio. E muitas vezes eles não fazem nada para procurar emprego. Não há ninguém na Estremadura Espanhola que não tenha um subsídio para estar apenas obrigado, salvo erro, a qualquer coisa como cerca de um mês de trabalho anual. Durante todo o ano, a pessoa recebe o subsídio, vê-se apenas obrigada a trabalhar e a descontar para a Segurança Social durante um mês. E isto é muito fácil de conseguir, porque os empresários procuram, com os seus interesses também, ter apenas empregados temporários durante esse período. Qualquer empresário com algum trabalho contrata as pessoas nesta situação e dão-lhe quatro ou cinco dias de trabalho, mais tarde dão-lhe mais dois ou três e as pessoas satisfazem com alguma facilidade esses 30 dias de trabalho obrigatórios. Dentro deste esquema sei que também ficam obrigados a um certo regime de trabalho público e comunitário, como prevenção de incêndios, por exemplo, e depois ainda são capazes de vir concorrer com os portugueses em desigualdade. Ou seja, recebendo lá



Centro Cultural Raiano

ADRACES

um subsídio do desemprego, ainda podem vir a trabalhar em Portugal, que não é controlado.

Este regime de protecção social é do Estado espanhol, ou tem uma complementaridade da Junta da Estremadura?

Esta é uma situação apenas e só controlada pela Junta da Estremadura, não tem nada que ver com o Estado, é um esforço suplementar da Junta da Estremadura.

Ou seja, temos do outro lado um “Governo Regional” que faz um esforço suplementar por ser um território fragilizado?

Do lado de cá não se consegue fazer, porque não temos qualquer forma de suportar essa despesa. Basta compararmos a nossa Salvaterra do Extremo à espanhola Zarza la Mayor, que há uns aninhos estavam as duas nas mesmas condições. Partiram as duas do mesmo ponto, e, hoje em dia, as diferenças são notórias. Do lado de cá, Salvaterra conta com cerca de 300 pessoas, já Zarza conta com uma população equivalente à de Idanha-a-Nova. E porquê? A maior parte das pessoas com assento naquela terra estão a receber o abono por desemprego. A primeira grande diferença é que se vêem muito mais crianças, muito mais gente, muito mais movimento pelas ruas. Na altura até pensei que era como em Idanha, que vinham crianças de muitos outros Ayuntamientos para ter aulas ali em Zarza, ao que me responderam logo que não. Todas aquelas crianças são mesmo naturais de Zarza la Mayor. É totalmente diferente quando comparada com o nosso lado. Eu vi uma população com muita gente jovem do lado de lá e com muitos idosos do lado de cá. A gente jovem existe, porque os pais recebem subsídios, mantêm-se ali, têm filhos e fazem a

sua vida por lá. Aqui não mantemos os jovens, porque não temos fixação de população. Não conseguimos dar condições para que as pessoas estabeleçam vida por aqui.

Temos de tentar perceber onde reside este abismo. Afinal, onde é que eles empregam as suas gentes? Cheguei à conclusão que parte deles trabalham em Portugal no lugar dos portugueses que não estão cá. Eles ocupam este espaço, porque a nossa mão-de-obra não existe. Ainda assim é uma concorrência desleal, porque eles recebem subsídio de desemprego de lá e ainda vêm receber dinheiro pelo trabalho que fazem cá, uma vez que não há forma de serem controlados. Trabalhando em Portugal, conseguem tornear uma série de questões impossíveis de contornar se trabalhassem em Espanha.

Mas acredito que o mesmo aconteça em relação a portugueses a trabalhar em Espanha.

O que é que se pode fazer mais e melhor?

Penso que aquilo que deve ser a nossa obrigação é saber como é que a nossa vizinhança cresce e nós aqui logo ao lado não crescemos. Penso que consiste na forma prática e negocial com que eles encaram as áreas. Exemplo disso é o já referido negócio das energias fotovoltaicas. 25 anos de apoio em troca de três empregos por megawatt produzido. É um negócio. Uns realizam sem grandes burocracias projectos rentáveis; os outros estão a empatar. Será que a grande diferença está no facto de eles aceitarem correr os riscos inerentes a toda a actividade humana e nós não queremos correr risco nenhum? ☼

Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>



*Victor Santiago Tabares
Concejal de Innovación
y e-Gobierno
Ayuntamiento de Cáceres*

*Na Extremadura espanhola
não há milagres, há boas
políticas e trabalho!*

À conversa com D. Victor Santiago

No dia marcado, havia festa em Cáceres, pelo menos assim me pareceu, é possível que me tenha enganado, talvez haja ali uma festa permanente, ou então é assim que se vive na Capital da Extremadura espanhola!

Após alguns desencontros iniciais, encontrei Victor Santiago, “El concejal”, como todos o designavam (com uma reverência nada parecida com a que por estas bandas se presta a um vereador Municipal, porque um “Concejal Municipal de um território governado autonomamente” não é a mesma coisa que um vereador de uma Câmara Municipal de um território governado de maneira centralizada.

Pelo menos, assim parece, e, como em política (como dizia Salazar) “o que parece é”, não nos surpreenderíamos se, aprofundado o assunto, viéssemos a constatar que a proximidade dos centros de poder de decisão política conferem aos agentes desse poder maior autoridade e reconhecimento.

Feitas as apresentações, colocados à vontade pelo caloroso acolhimento, começou a conversa:

Em Portugal é voz corrente que em Espanha se vive melhor, mas poucos são os que sabem explicar concretamente porquê. A primeira questão que queremos colocar é a seguinte: é verdade ou não que na Extremadura há melhor protecção social do que no resto de Espanha?

Os 7 anos que passei como assessor do Presidente da Junta da Extremadura permitiram-me ter um contacto directo muito amplo e detalhado com as políticas relativas à protecção social. É verdade que, em Espanha, cada um dos

Governos autonómicos apostou nas suas próprias linhas estratégicas de desenvolvimento. Agora mesmo, estamos vivendo o paradoxo de que a Catalunha, que é a região mais desenvolvida de Espanha, está com dificuldades de abastecimento de água e de infra-estruturas, porque talvez tenham feito uma grande aposta no desenvolvimento económico e menos na criação de infra-estruturas sociais, assim como a Comunidade de Castilla y León, que também é uma Comunidade fronteiriça com Portugal mais a norte, fez apostas muito fortes na concentração urbana, gerou grandes pólos de desenvolvimento económico como Valladolid, Salamanca etc. Contudo, geraram igualmente um processo de despovoamento humano do território. A Extremadura diferencia-se por isso, a aposta foi a de criar igualdade de condições de bem-estar e de qualidade de vida lá onde viviam as pessoas. Isto pressupôs um esforço muito importante em matéria de políticas sociais e de igualdade de infra-estruturas em detrimento de um maior desenvolvimento económico.

A Extremadura esteve durante muitos anos em último lugar em relação aos indicadores de desenvolvimento económico, contudo melhorou muito em protecção social. La Junta de Extremadura (Governo autonómico de Extremadura) complementou os fundos europeus e do Estado com um grande conjunto de políticas territoriais, tentando tratar o conjunto das comunidades existentes como um único território, onde todos tivessem os mesmos benefícios sociais e de desenvolvimento. Nesse sentido, os investimentos foram muitas vezes superiores à própria capacidade da Comunidade Autónoma, mas isso permitiu que, de alguma forma, a população se fixasse



no território. Quer dizer, se não se tivessem aplicado essas políticas territorializadas, provavelmente, nestes últimos 20 anos, o mapa da localização da população teria acusado muito maior concentração nos meios urbanos e maior despovoamento do meio rural.

Mas os investimentos feitos no âmbito dessas políticas, para muitos economistas e governantes, são investimentos de fraco e lento retorno, são pouco aceleradores do desenvolvimento global, por falta de densidade e escala para se auto-reproduzirem..!

O retorno não é menor nem talvez maior, mas isso não é importante. O que é importante é a natureza do retorno; nós produzimos coesão social, que, numa segunda fase, proporcionará o desenvolvimento económico. A grande diferença é que, chegada a segunda fase, o desenvolvimento económico dá-se aqui mesmo e não nos lugares para onde teriam partido as pessoas!

Se o mais importante de tudo são as pessoas, é delas que temos de cuidar em primeiro lugar!

Com idênticos custos, talvez pudéssemos ter tido maior desenvolvimento económico, se tivéssemos investido em cidades como Placência, Mérida e Badajoz, que é o que ocorreu em Castilla y León. Essa é uma forma de fazer política. No nosso caso, criámos infra-estruturas de alto nível, do mesmo nível que as que podem ter essas cidades, em comunidades rurais de pequena dimensão, muito abandonadas, muito degradadas e com grandes problemas de marginalidade e, apesar disso, estas comunidades assim apoiadas tiveram recursos suficientes para desenvolver os seus próprios projectos, até para aproveitar melhor as políticas europeias de apoio ao desenvolvimento rural. O apoio das políticas da Comunidade Autónoma e do Governo Autónomico, conjugadas com as políticas europeias de apoio ao desenvolvimento rural, como por exemplo o LEADER, permitiram criar condições favoráveis à fixação das populações nas suas aldeias.

Isto não quer dizer que não tenham continuado a existir emigrações internas, que pessoas das comarcas mais isoladas não tenham procurado alternativas nas cidades. Contudo, estas políticas de coesão territorial ajudaram. Nada se pode impor administrativamente, frente aos mecanismos liberais de mercado de deixar crescer e incentivar o crescimento das grandes cidades. No entanto, aplicámos mecanismos de regulação social, contidos na política socialista, que ajudam a manter o equilíbrio. Por esta mesma razão, o próprio Governo Regional identifica como fundamentais as “Mancomunidades de Muncípios” que têm a sua origem nos grupos de desenvolvimento rural dos anos 90.

Foi grande a conversa, fica aqui um breve resumo que, apesar disso, julgamos ser esclarecedor de alguns dos porquês das diferenças entre os dois lados duma fronteira fisicamente inexistente. ☼

Camilo Mortágua



"A fronteira no nevoeiro" sobre o rio Erges, em Salvaterra do Extremo

ADRACES

Afrontar nuevos retos en las relaciones transfronterizas

Desde el año 2007, el Ayuntamiento de Cáceres está abordando un proceso de interacción y diálogo sobre el papel de las ciudades en el espacio transfronterizo tras más de diez años de profundizar en el conocimiento mutuo y de compartir experiencias durante una década.

En esta nueva etapa, partimos de una nueva forma de entender las relaciones territoriales, considerando la especial correspondencia entre las ciudades y de éstas con el territorio comprendido entre ellas: municipios, comarcas y mancomunidades con las que las ciudades tienen una relación económica, social y cultural indisociable.

Consideramos que los proyectos comunes emprendidos durante el año 2008, trascienden el mero reparto de recursos económicos, para buscar el desarrollo de actuaciones conjuntas impulsoras de identidad y unidad del territorio de cooperación transfronteriza. Una gestión compartida con otras ciudades del espacio transfronterizo que debe favorecer la interacción humana, el tejido territorial y la eficacia de las relaciones institucionales.

Para Cáceres y sus socias transfronterizas, la celebración durante el 2009 del Año Europeo de la Creatividad y la Innovación promovido por la Comisión Europea, debe

fomentar la presencia de las ciudades en este evento, convirtiéndolo en el eje de actuación prioritaria y de todas las actividades que organicen sus socios, pues el espacio transfronterizo europeo, al igual que el conjunto de Europa, "necesita un planteamiento estratégico para crear un entorno favorable a la innovación, en el cual el conocimiento sea transformado en productos y servicios innovadores". (Conclusiones de la Presidencia - Bruselas, 14 y 15 de diciembre de 2006).

Es un objetivo prioritario de Cáceres, **compartir conocimientos y experiencias** entre los agentes de la innovación y la creatividad en el territorio transfronterizo y en nuestros respectivos municipios, a través de las propuestas presentadas a los Fondos Estructurales y mediante iniciativas propias surgidas de la alianza que representa nuestra asociación. Establecemos como preferencia, en este mismo sentido, **difundir la cultura de la innovación entre toda la población**, mediante la organización de un programa abierto de actividades que fomente la sensibilización de la ciudadanía, promueva el conocimiento de las buenas prácticas y se estimule el debate político.

Entre nuestras estrategias de colaboración institucional, consideramos prioritario:

- El fortalecimiento de las relaciones institucionales para la creación de una Agrupación Europea de Cooperación Territorial (AECT), conformadora de un modelo más avanzado de espacio común transfronterizo articulador del territorio. Especialmente en lo relacionado con la creatividad y la innovación y apoyada en una comunidad de trabajo territorial transfronterizo.
- La búsqueda de colaboración con las administraciones regionales de Alentejo, Beira y Extremadura, para la promoción de las ciudades transfronterizas en Europa, en el ámbito de las acciones innovadoras y de creatividad.
- Promover una estrategia de innovación y creatividad urbana en cada ciudad con la que tenemos establecidas relaciones de cooperación, desarrollando una metodología común y un programa de impulso durante el año 2009, facilitando la complementariedad entre las ciudades y dotándola de recursos económicos para su diseño. ☼

Victor Santiago Tabares

Concejal de Innovación y e-Gobierno

Cuarto Teniente Aldalde

Ayuntamiento de Cáceres

Prof. Luís Domingo Sabonete

Sobre a Cooperação Transnacional

Cooperar para quê? Que ganho eu com isso?



FISHEYE

Sempre que alguém se interrogue sobre os ganhos a retirar da sua cooperação com outros, sejam eles quem forem, é bem melhor que continue envolvido pela bruma do seu ignorado egoísmo até compreender o absurdo da pergunta.

Quem assim se interrogue, certamente que é por ainda não ter compreendido que, sem cooperação, cada um de nós seria e saberia, neste século XXI da nossa era, apenas aquilo que descobrisse por si próprio acerca da vida e da sua condição! Como diz meu Avô Januário – “*um tribalzinho!*”.

Sem cooperação, cada pessoa teria que descobrir e acumular por si e para si, durante o seu átomo de tempo de vida, o conhecimento acumulado ao longo de milénios através da cooperação entre tudo e todos os que nos precederam na procura da evolução Humana!

Sem cooperação, na mais abrangente acepção da palavra, até a reprodução da vida, de toda a vida existente neste planeta, seria impossível. Até parece que estou a ouvir um pragmático amigo meu à conversa com o seu director:

- *Este gajo ou é parvo ou julga que os outros o são!*
- *Isto não passa de pretensiosa grandiloquência a boiar em água benta!*
- *O costume! Perdem-se lá pelas “nuvens” porque sobre o “simples e concreto” cá de baixo nada têm para dizer.*

Tenham paciência, deixem lá atracar a minha velha canoa ao vosso cais da fertilidade das ideias e dos debates. Como não podia deixar de ser, num “ancoradouro” dessa terra onde (disseram-no!) é o Povo quem mais ordena.

A cooperação com Mulheres e Homens de muitas idades, credos, cores, etnias e culturas, todas e todos da raça humana, com tradições e inovações que se transformarão em novas tradições, ensinou-me, entre outras coisas, que: — “*é o mal dos nossos burrinhos que faz de nós alveitar*” — como dizia o meu padrinho branco António Salsa, Europeu, lavrador Beirão e Regedor de Freguesia, que viveu na longínqua época dos Burros e dos “Alveitares” — veterinários (naquele tempo e lugar, ninguém sabia o que isso fosse)!

— “*A prática é o termómetro da consciência*” — dizia o pedagogo Samora Machel, preto, Africano, meu conterrâneo, muito pragmático, enfermeiro, combatente pela independência deste país e nosso ex-Presidente da República.

TAMBÉM NA COOPERAÇÃO ASSIM DEVIA SER:

Devia ser obrigatório “conhecer e sentir os males dos outros como se fossem nossos” para poder ser cooperante “Alveitar”.

Pois devia! Temos que cooperar para conhecer... porque só conhecendo, encontraremos quem aceite a nossa cooperação, o que nos dará a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, e por aí adiante até ao inimaginável!

Como o papel está caro, tanto este como o outro, e agora mais do que nunca – tempo é dinheiro (desculpem, queria dizer “Time is money”, mas não quero ir por aí e já se faz tarde), deixemos os “entretantos” e abordemos os “finalmentes”.

Tenho a convicção, sem pretender generalizar, que cada vez que ouvimos ou utilizamos a palavra COOPERAÇÃO, na grande maioria dos casos, não estamos habituados nem preparados para objectivar, visualizar, identificar acções e ou actos concretos a ela ligados, ficando-nos o seu concreto significado a flutuar num imenso emaranhado de associações possíveis, sem contornos definidos, nem natureza determinada.

Ao falar de COOPERAÇÃO, podemos estar a falar de tantas coisas tão diversas e até contraditórias que, como com outra palavra que lhe é tantas vezes associada: – DESENVOLVIMENTO – querendo dizer tanto..., não conseguimos dizer nada, ideia ou coisa, que seja facilmente identificável pela forma ou conteúdo próprios.

É por isso que, pela importância que dou à DISPONIBILIDADE PARA COOPERAR, não me pareceu displicente começar por conceptualizar a palavra COOPERAÇÃO na sua dimensão mais abrangente e, no presente caso, contextualizante.

Sobre a designação de “Cooperação Transnacional” podem caber muitos tipos de Cooperação:

- a) A cooperação bilateral de Estado a Estado (entre organismos ou instituições das administrações públicas), com execução própria ou subcontratada a instituições públicas e ou privadas;
- b) A cooperação multilateral, com diferentes Países a contribuírem para um mesmo fundo, depois administrado e gerido por estruturas técnicas de gestão, controlo e avaliação, mais ou menos controladas e tuteladas pelos Estados contribuintes. Casos dos projectos FAO, PNUD, FIDA, BAD, BM, da Cooperação da EU com países terceiros, para mencionar apenas alguns dos mais importantes.*

Também nestes casos é comum que a implementação dos Projectos financiados seja confiada a ONGs nacionais ou internacionais, baseadas quase sempre num “tripé” de funções exercidas por diferentes entidades: 1 – execução, 2 – assistência técnica, 3 – avaliação.

Para além destas, muitas mais variantes e composições são possíveis, sempre chamadas de APOIO a qualquer coisa, no âmbito de “Programas de Cooperação”.

Claro que, no universo das Associações de Desenvolvimento Local portuguesas, a designação de Cooperação Transnacional tem mais que ver com as chamadas “Parcerias Transnacionais” compostas por grupos locais de natureza idêntica, pertencentes a pelo menos três países da U.E.. Mas, este tipo de cooperação, embora útil ao conhecimento mútuo entre os povos e culturas da U.E., não é, de maneira nenhuma, aquele que mais significado tem a nível internacional em geral.

Cada um destes tipos de “Cooperação Transnacional” merece uma análise que não nos é possível fazer no espaço e no tempo reservados a este simples intróito ao tema. Contudo, parece-me útil que, desde já, se atente num aspecto que me parece ser ainda muito confusamente interpretado.



- c) A cooperação dita territorializada, esta de carácter infra-nacional ou transnacional, directamente entre Associações de actores locais e as Administrações Públicas Locais e Regionais, de um ou mais países, em que as Associações exercem quase sempre o papel de entidades gestoras de uma “subvenção global” para aplicar território a território, com relativa autonomia de acção e intermediações dos organismos públicos, devidamente convenionadas entre as partes, como é o caso dos Projectos de Iniciativa Comunitária como LEADER, EQUAL, INTERREG, URBAN, etc.
- d) A cooperação concebida e executada por ONGs e/ou grupos privados, de âmbito territorial local ou supra local, com financiamentos nacionais ou supra nacionais, no âmbito de Projectos ou Programas multinacionais de carácter sectorial.
- e) A cooperação bilateral privada, quando entidades ou movimentos privados de âmbito nacional e internacional se dispõem a mutuamente financiar ou executar projectos, com fundos e recursos próprios ou atribuídos por terceiros, por administração directa ou subcontratada.

É o caso da diferenciação entre financiadores, gestores/controladores dos programas e projectos financiados, aplicadores/executantes desses mesmos projectos e acções, e os ditos públicos-alvo beneficiários finais dessas iniciativas.

Normalmente, de todos os intervenientes, pessoas e instituições, se diz serem organismos de COOPERAÇÃO, pessoas ou entidades COOPERANTES!

Se tivermos em conta o que diz o dicionário consultado – cooperar é igual a operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar – e a maneira como está escrito, pouca é a contribuição para que possamos fazer a distinção da natureza e das funções de cada um(a) entre todas as entidades genericamente chamadas de COOPERAÇÃO.

Contudo, os que praticam estas coisas sabem que entre a função de financiador ou de seu representante e a de executante directo junto das “pessoas alvo”, para falar apenas destas duas categorias, existem tamanhas diferenças que me é muito difícil aceitar designá-las a ambas como COOPERANTES!

Parece-me que, embora o conceito de COOPERAÇÃO se possa relacionar com um vasto leque de entidades, pessoas e atitudes de

natureza muito diversa, sem COOPERANTES – pessoas que **operem e trabalhem simultaneamente em comum para idênticos objectivos** – dificilmente existirá COOPERAÇÃO.

É bom que se diga que **operar e trabalhar em simultâneo e em conjunto para idênticos objectivos** não exige igualdade absoluta de situações de partida nem de objectivos intermédios; mas exige, isso sim, a partilha de princípios e valores capazes de integrar cada parte do todo COOPERANTE numa estratégia convergente com o interesse geral, embora de concretização desfasada no tempo e, como é próprio de cada tempo, também no modo de fazer.

Para mim, COOPERANTE é tão só quem se inter-relaciona directamente para trabalhar em comunhão

nos, mas não só, cujos efeitos visíveis foram agravar a pobreza existente nesses países e aumentar a concentração de riqueza nas mãos das vorazes oligarquias governantes!

Na situação actual e à luz das experiências das últimas décadas da “cooperação entre ditos desenvolvidos e não desenvolvidos”, não me restam dúvidas sobre as enormes vantagens que poderemos encontrar na Cooperação sujeita a uma abordagem descentralizada, territorializada e directa entre Pessoas e Comunidades, sem intermediação parasitária, território a território, numa lógica de beneficiar Pessoas e Comunidades concretas, e não acções justificadas por genéricos e vagos objectivos de apoio a um desenvolvimento “sem rosto nem morada”.



de princípios e em convergência de interesses, para lutar pelos seus objectivos.

Preto no branco ou branco no preto, porque não? Quando estou a “cooperar” com pessoas numa Comunidade rural, cá ou em qualquer país ou continente, essas pessoas também têm de ser cooperantes, se possível tanto como eu.

Se só eu é que sou o COOPERANTE, não poderá haver cooperação, e, sem ela, a minha função não faz sentido nem tem utilidade.

Convenhamos que estas minhas reflexões só fazem sentido enquanto estivermos falando de COOPERAÇÃO entre PESSOAS e os seus territórios, com o objectivo de através do conhecimento mútuo encontrar formas de potenciar o nosso comum desenvolvimento humano e material.

É bom não esquecer que existiram e existem muitos Programas e Projectos de Cooperação para apoio ao Desenvolvimento de muitos países, sobretudo Africa-

Esta nova maneira de pensar e agir em COOPERAÇÃO começa a fazer as primeiras demonstrações das suas potencialidades e limites. É uma cooperação muito mais exigente, com a qualidade dos recursos humanos que a queiram exercer, mas, seguramente, muito menos sujeita a desvios e desvirtuamentos de toda a ordem.

Os próprios financiadores internacionais começam a estar, embora lentamente, muito atentos e expectantes a estas novas práticas. Estou convicto que estas serão as características dominantes da cooperação supra-local e transnacional do futuro. ☸

* FAO – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola;

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento;

BM – Banco Mundial.

Ana Paula Fitas

Doutora em Ciências Sociais – Estudos Portugueses – Cultura Portuguesa do Século XX

Cooperar... para evitar

A Crueldade na Construção do Futuro



À entrada de Auschwitz, a cínica legenda – “O trabalho liberta”

SANDRA VICENTE

Na Polónia ainda se não usa gel de duche em todos os hotéis, especialmente nos da província... Na Polónia ainda se não usam pacotinhos de açúcar para adoçar o café... nem garrafas em miniatura para imitar galheteiros... A Polónia é um país acolhedor, generoso, simpático onde o asseio prima e a qualidade é tida como regra de educação cívica... apesar disso, não se usam imitações comerciais de galheteiros, nem pacotes de açúcar para os cafés, o chá ou o leite... Na Polónia podemos ainda comer bolinhos, pãezinhos caseiros, feitos à vista pelas mãos das mulheres, beber água em copos servidos por jarros de vidro sem manchas e chá de ervas em jarros mergulhados nos recipientes onde as tisanas e infusões se preparam ou retirar de açucareiros de loiça uma ou mais colheres de açúcar para adoçar o que se bebe...

Porém, na Polónia já todas as estradas estão em obras e as pessoas esperam da União Europeia um impacto no desenvolvimento de que desconhecem os efeitos... e já se queixam na Polónia... da crise na agricultura, dos lobbies na economia... outros que não os que pensavam próprios do seu tipo de governo ditado pelas alianças com a ex-União Soviética, há três décadas atrás... hoje, já depois do movimento sindical do “Solidariedade” de Lech Walesa, depois do Papa João Paulo II, a Polónia está perplexa, ainda com esperança no futuro, mas com medo...

Os jovens aguardam uma liberdade de que ouvem falar e que, num misto de curiosidade e estranheza, os faz interrogar-se sobre o que significará para eles e para a sua vida, essa liberdade... eles que se interrogam e tocam música clássica desde a infância e a adolescên-

cia e para quem o teatro, o canto, a literatura e a representação são lugares-comuns, divertidos e sentidos desde sempre...

Os adultos desconfiam... de promessas que levaram já à queda de um regime político e à sua substituição por modelos autoritários que a própria Europa condena... e à vivência de uma crise económica prenunciada no risco de desaparecimento dos modos de vida tradicionais, agrícolas e empresariais e no desemprego que não imaginaram vir a conhecer...

A realidade torna-se mais complexa do que seria suposto... afinal, a liberdade não é, simplesmente, o lado oposto de uma moeda que vão trocar por euros... sim, na Polónia ainda se utiliza a moeda nacional, o zelote, e a cultura económica dos cidadãos torna visível a desconfiança do euro...

A Polónia tem um passado de guerras; entre Impérios poderosos foi sempre terra de conquista, caminho e sangue... da velha Prússia a Napoleão, dos alemães aos austríacos e aos russos... em meados do século XX, esteve mesmo dividida entre a Alemanha nazi e a Rússia estalinista...

... Foi aliás no sul da Polónia que os alemães instalaram Auschwitz e Birkenau, os campos da morte, lugar onde se procedeu a um dos maiores – senão o maior! – genocídios da História: o Holocausto... Visitei Auschwitz e Birkenau, os campos de extermínio de judeus, ciganos, polacos, checos, russos, húngaros e até franceses... em Auschwitz, entre 1939 e 1944, durante o curto período de quatro anos, foi assassinado um milhão de pessoas... estão lá os cerca de 30 blocos de alvenaria dispostos lado a lado, entre estreitas ruas de terra batida

Espaços para o "trabalho libertador" dos nazis: Auschwitz – Birkenau



onde os nazis destituíram de dignidade a condição humana...

... 30 blocos rodeados de um impressionante complexo eléctrico que reduzia a cinzas quem se aproximasse do arame fardado de um campo que tinha, a título de recepção, uma sarcástica frase que apelava às virtudes terapêuticas do trabalho... sarcástica sim porque ali nem para trabalhos forçados havia espaço... pior que gado amontoado cruelmente, as pessoas foram obrigadas a pensar e a sentir as mais dolorosas sensações imagináveis...

... Porque ao lado desses blocos onde foram feitas torturas e experiências medonhas sobre o sofrimento humano, havia crematórios que foram sucessivamente cheios de pessoas vivas e mortas para queimar... o maior desses crematórios é um conjunto de salas sem portas, de paredes queimadas, enorme, inacreditável... onde, sob o pretexto de ir tomar duche, os prisioneiros, homens, mulheres e crianças eram conduzidos e despidos para serem mortos com gás... devem ter morrido abraçados, homens, mulheres e crianças, desconhecidos entre si, unidos no medo e na dor da morte colectiva... De tanto horror e tanta crueldade programada, calculada ao milímetro, resulta que, perante o chamado "Paredão da Morte" onde eram fuzilados sumariamente prisioneiros, se tem uma sensação de alívio... quem poderia suportar tanta maldade, tanta crueldade, tanto sofrimento?...

Os homens e as mulheres de Auschwitz morreram de dor, de fome, de frio, de doença, de medo e horror... um milhão! – Só neste pequeno campo chamado Auschwitz que sobrevive como um aviso para a História... para que não esqueça!



Porta de entrada para Birkenau

FOTOS: SANDRA VICENTE

A violência e a crueldade são o reflexo de situações humanamente criadas... não o podemos esquecer... e não podemos, também por isso ou melhor, antes de mais, exactamente por isso, esquecer a crueldade a que as realidades sócio-económicas e políticas podem conduzir os seres humanos em qualquer lugar ou tempo em que vivam... Evitar o colapso social, evitar a emergência das ditaduras, evitar a fome, a guerra, o desemprego, a pobreza e o sofrimento são o único modo de evitar a produção da crueldade... disso é exemplo o passado... disso é necessário dar conta no presente para o evitar no futuro... Na História quase tudo se repete de um ou de outro modo com alterações pouco significativas: os personagens, os motivos, as soluções... Contudo, o sofrimento e a crueldade são sempre da mesma natureza... É urgente cuidar dos nossos países, dos nossos povos, das nossas culturas, das pessoas – acima de tudo, é urgente cuidar das pessoas, dar prioridade incondicional à protecção da vida e da



Fim da linha da vida – Birkenau

FOTOS: SANDRA VICENTE

... Ao lado de Auschwitz, a cerca de quatro quilómetros, está o designado Auschwitz II, o campo de concentração chamado Birkenau... onde o horror se repete num cenário que lembra a banalização do crime, a vulgaridade dos assassinatos em massa, a indiferença completa e radical face ao sofrimento, a dor e a morte...

Em Birkenau sucedem-se dezenas e dezenas de barracões (sim, já nem de blocos de alvenaria se trata mas de elementares estruturas rectangulares, compridas) que se enchem de pessoas para matar... e, horror dos horrores, uma linha de caminho-de-ferro sem apeadeiros ou paisagem possível de ser pensada, feita de propósito para ali chegar e não deixar partir, atravessa os campos desertos para entrar nos portões principais desse 2º campo da morte...

... Dói ao ponto de se tornar incompreensível... como foi possível pensar, prever, preparar, programar tanto assassinato? ... Como pode a Humanidade produzir pessoas capazes de tanta crueldade?... De que massa, de que matéria se fazem seres humanos que tão desumanamente executam tanta crueldade?...

Por muito que nos doa, também os carrascos de Auschwitz e Birkenau eram pessoas... com famílias, sentimentos, pensamento... capazes de atrocidades quase indizíveis...

Também a guerra leva a extremos impensados os comportamentos humanos... que o digam os soldados que voltam mudos com a consciência a gritar-lhes surda para toda a vida nas imagens que o cérebro não esquece...

existência digna das pessoas... para que Auschwitz e Birkenau se não repitam em local algum do nosso planeta...

Ensinemos as nossas crianças a ser conscientes e capazes de pensar, criticar e discernir o certo e o errado... para que nunca possam ser manipuladas... para que nunca possam colaborar na construção da crueldade... Auschwitz e Birkenau existiram e estão lá as provas materiais da existência... lá, aqui tão perto, no sul da Polónia... Auschwitz e Birkenau podiam ter sido instalados num outro qualquer país, em qualquer outro território... ninguém o evitou... cabe-nos por isso a todos nós, cidadãos europeus no seu conjunto e a cada um em particular, evitar o futuro de mais vivências como esta... mantendo a consciência desperta, estando vigilantes e sempre atentos aos atentados contra a liberdade e os direitos humanos! Sempre!

Quando falamos de paz ou do combate à pobreza, ao desemprego, à miséria, à desertificação, ao medo... quando falamos de desenvolvimento, de justiça, de liberdade, de igualdade, de respeito, de democracia... quando reivindicamos melhorias nas condições de vida... é disto que falamos: da construção do futuro... onde tudo permanece em aberto mas em relação ao que teremos de manter aceso, presente e inviolável um único princípio: evitar o sofrimento e a crueldade!

Auschwitz e Birkenau foram feitos por pessoas! Auschwitz e Birkenau, Nunca Mais! ❀

Um exemplo de cooperação

O Programa de bolsas de estudo da Universidade Lusófona para jovens dos Palop's: uma responsabilidade Social

Nunca as Universidades em Portugal tiveram a possibilidade de ocupar um lugar de tanto destaque no desenvolvimento do País por efeito certamente da relação de Portugal com a União Europeia, no âmbito da qual se têm alterado os modelos e os paradigmas de funcionamento das Universidades.

Da Universidade fechada sobre si própria, alheia ao mundo onde está inserida, tem-se passado para um contexto social onde a Universidade em geral necessita e, nalguns casos deseja, envolver-se com o desenvolvimento.

Hoje em dia existe, aliás, um enquadramento legal que “obriga” as Instituições universitárias a abrirem-se sobre a sociedade. Estamos a falar em particular da nova lei da “Qualidade” que tem como parâmetros:

- a) O ensino ministrado, nomeadamente o seu nível científico, as metodologias de ensino e de aprendizagem e os processos de avaliação dos estudantes;
- b) A qualidade do corpo docente e a sua adequação à missão da instituição;
- c) A estratégia adoptada para garantir a qualidade do ensino e a forma como a mesma é concretizada;
- d) A actividade científica, tecnológica e artística devidamente avaliada e reconhecida, adequada à missão da instituição;
- e) A cooperação internacional;
- f) A colaboração interdisciplinar, interdepartamental e interinstitucional;
- g) A eficiência de organização e de gestão;
- h) As instalações e o equipamento didáctico e científico;
- i) Os mecanismos de acção social.

É neste contexto que podemos compreender o carácter pioneiro da Universidade Lusófona quando iniciou em 1994 um Programa de Apoio à formação de recursos humanos dos Palop's, o qual permite, anualmente, a cerca de 1200 alunos beneficiarem de isenções parciais ou totais das propinas relativas aos cursos a que finalmente têm acesso. É, certamente, o maior e mais continuado programa nacional de bolsas de estudo dirigido aos Palop's, o qual é financiado na sua totalidade pela nossa Universidade.

Actualmente os novos alunos chegam-nos, em grande parte, por intermédio das Câmaras Municipais de diferentes países com os quais foram estabelecidos protocolos que englobam a questão do ensino. Assim são essas Câmaras que recebem os pedidos dos futuros alunos e de acordo com as necessidades e os entornos familiares orientam as propostas para a Lusófona.

É neste quadro que devemos mencionar o processo em curso de reorganização do serviço especificamente orientado para gerir os bolseiros que beneficiam de bolsas COFAC/Lusófona. Acautelando em particular as seguintes áreas:



ADRACES

- A orientação vocacional;
- O acompanhamento dos resultados escolares dos bolseiros;
- Promoção de eventos culturais em particular em colaboração com o NEAL;
- Acompanhamento dos diplomados no retorno aos seus países.

Isso dá-nos a garantia de trabalhar em consonância com as necessidades de cada região, ilha ou País.

Trata-se, pois, de um programa com os pés no chão e que actua em conformidade com as necessidades locais.

Estes alunos estão distribuídos por todas as áreas científicas e o aproveitamento é em tudo idêntico ao dos alunos portugueses. Esta avaliação e estes procedimentos garantem naturalmente a sua continuidade. Neste sentido, as bolsas que eram atribuídas para o nível do 1º ciclo (antiga licenciatura) estão já no ano 2008/2009 a ser processadas para os níveis de Mestrado e de Doutoramento. Sem grande alarde, a Lusófona procura assumir a sua “Responsabilidade Social” num mundo onde a formação é cada vez mais a base da inclusão social e, naturalmente, do desenvolvimento em geral. ☼

Prof. Doutor Mário Moutinho

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

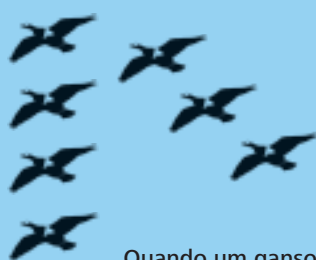
OS GANSOS

AH...!
SE ENTRE AMIGOS
FÔSSEMOS GANSOS...!!!



Ao voar em formação de "V"...

Na próxima temporada, quando vires os gansos emigrar, dirigindo-se para um lugar mais quente para passar o inverno, repara que voam em forma de "V". talvez te interesse saber por que eles o fazem assim.



Quando um ganso sai da formação...



sente a resistência do ar e a dificuldade de voar sozinho.



... muda-se para o final da formação. Enquanto outro assume a dianteira.



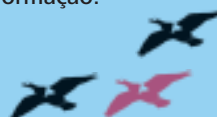
Lição 3:
compartilhar a liderança. Respeitar-nos mutuamente o tempo todo. Dividir os problemas e os trabalhos mais difíceis. Reunir habilidades e capacidades, combinar dons, talentos e recursos.



E deve sair da formação



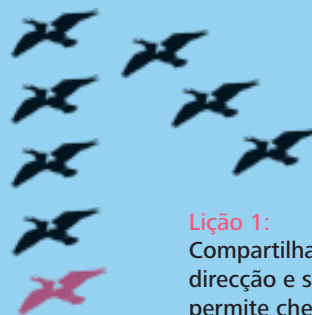
Outros saem da formação e acompanham-no para ajudá-lo e protegê-lo. Permanecem com ele até que morra ou seja capaz de voar novamente; e então alcançam o bando, ou integram-se noutra formação.



ENSINAM-NOS A COOPERAR



... o bando inteiro aumenta em 71% o alcance do voo em relação ao de um pássaro voando sozinho.



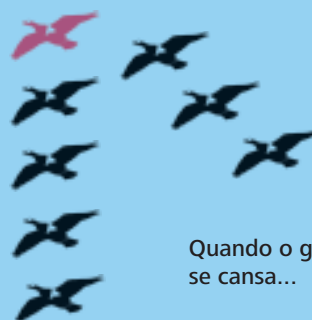
Lição 1:

Compartilhar da mesma direcção e sentido do grupo, permite chegar mais rápida e facilmente ao destino, porque ajudando-nos uns aos outros os resultados são melhores.

Então, rapidamente, retorna à formação, para aproveitar o poder da elevação dos que estão à sua frente.

Lição 2:

Permanecendo em sintonia e unidos junto àqueles que se dirigem connosco na mesma direcção, o esforço será menor. Será mais fácil e agradável alcançar as metas. Estaremos dispostos a aceitar e oferecer ajuda.

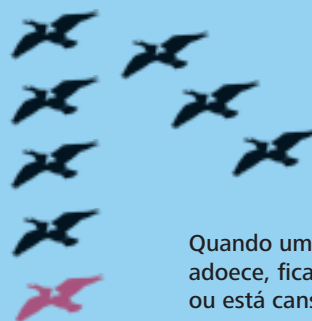


Quando o ganso líder se cansa...

Os gansos, enquanto voam em formação, grasnam para dar coragem e alento aos que vão na frente, para que assim mantenham a velocidade.

Lição 4:

Quando há coragem e alento, o progresso é maior. Uma palavra de ânimo, dita em tempo, motiva, ajuda, dá forças produz o melhor dos benefícios.



Quando um ganso adoece, fica ferido ou está cansado...



Se nos mantivermos um ao lado do outro, apoiando-nos e unidos;
Se tornarmos realidade o espírito de equipa;
Se entendermos o verdadeiro valor da amizade;
Se tivermos consciência do sentimento de partilha;
A vida será mais simples e o vôo dos anos terá mais prazer!

Lição 5:

Estejamos unidos um ao lado do outro apesar das diferenças, tanto nos momentos difíceis, como nas horas de trabalho.

**AMIGOS...
SEJAMOS GANSOS!!!**

A Cooperação: Um instrumento essencial para o Desenvolvimento Regional

A cooperação interregional e internacional é hoje consensualmente vista como um factor de enriquecimento para as organizações, para as pessoas e para os territórios. Actividades de cooperação de baixa intensidade, como a troca de experiências ou a divulgação de boas práticas, e, principalmente, actividades de cooperação de elevada intensidade, como a concepção conjunta de novas metodologias e instrumentos de trabalho e o seu teste, por exemplo, através de projectos piloto, constituem-se como instrumentos muito relevantes para qualificar as políticas, as estratégias e os actores do desenvolvimento regional.

No que se refere à cooperação transfronteiriça, acresce o facto da contiguidade física possibilitar, desde logo, o alargamento dos mercados de proximidade, mas também o aumento da capacidade de oferta de serviços e bens (através do efeito de escala) para mercados mais vastos e longínquos. Por arrastamento, aumenta também a capacidade de influência (ou visto de outro modo, diminui a dependência) sobre mercados e sobre estruturas supraregionais e mesmo supranacionais, que desenham as modas, lideram as dinâmicas, definem as políticas, asseguram os financiamentos...

A CCDRC tem procurado integrar-se em diferentes processos de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, nalguns casos com objectivos e prazos bem limitados, mas noutros de natureza mais perene e objectivos de âmbito estratégico, que constituíssem uma mais valia para a própria organização e, principalmente, para a região e os seus actores.

Neste contexto, a aproximação às regiões vizinhas de Castilla y León e Extremadura, de Espanha, assumiu sempre um carácter prioritário na dinâmica de cooperação internacional promovida pela CCRC/CCDRC.

Esta visão teve expressão na Declaração Conjunta assinada entre a

Junta de Castilla y León e a CCRC, em 29 de Maio de 1990, e nos protocolos constitutivos das Comunidades de Trabalho Transfronteiriças Centro – Castilla y León (3 de Março de 1995) e Centro – Extremadura (27 de Maio de 1994).

Estas Comunidades de Trabalho Transfronteiriças, enquanto espaços de reflexão, de articulação de actuações e de promoção de projectos e iniciativas conjuntas, procuraram incentivar a cooperação nos mais variados temas e sectores de actividade destas regiões, com particular enfoque sobre os respectivos territórios fronteiriços.

Os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças, estruturas técnicas criadas para apoiar e dinamizar as actividades daquelas Comunidades, foram determinantes para os resultados conseguidos, quer em termos quantitativos (número de iniciativas de cooperação transfronteiriça) quer em termos qualitativos (aproximação e conhecimento mútuo das regiões).

A Iniciativa Comunitária INTERREG desempenhou um papel da maior relevância, enquanto instrumento de suporte e financiamento da cooperação transfronteiriça. Com três edições (1989-1993; 1994-1999 e 2000-2006) os diversos Programas de Cooperação Portugal/Espanha disponibilizaram para o território de fronteira da Região Centro, globalmente, mais de 76 milhões de Euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Na primeira edição (1989-1993) tratou-se, quase exclusivamente, de financiar projectos de infraestruturas básicas, de que o território de fronteira se encontrava extremamente carente.

Na segunda edição (1994-1999) alargou-se o leque de intervenções e foram já significativos os projectos de animação sócio-económica com alguma componente de cooperação (ainda que se tratassem de iniciativas e eventos relativamente pontuais).



Com a terceira edição (2000-2006), que se encontra em fase de encerramento, dá-se uma viragem importante em termos de concepção programática e de montagem de projectos. Se nas anteriores edições os projectos executados em cada um dos lados da fronteira eram autónomos, assim como a gestão do programa (segregada entre Espanha e Portugal), com esta edição surgem importantes novidades. Desde logo, ao nível da concepção do programa: foi criado um grupo de trabalho transfronteiriço, com representantes das Regiões e dos Governos Nacionais, portugueses e espanhóis, que trabalharam numa proposta de programa única. Este programa passou a ter estruturas de gestão conjuntas (Comité de Acompanhamento, Comité de Gestão Conjunto, Sub-comités de Gestão). E os projectos passaram a ser apresentados, obrigatoriamente, por parcerias luso-espanholas, assentando em planos de acção que incorporam um conjunto articulado de iniciativas, com um âmbito temporal que permitia ultrapassar algum atomismo, garantindo a perenidade dos resultados. Ao mesmo tempo, alargou-se substancialmente o leque de promotores e a natureza dos projectos, a que não foi alheia a acção das Comunidades de Trabalho Transfronteiriças existentes ao longo de toda a fronteira luso-espanhola. Este período constituiu uma fase de grande aprendizagem pelo que significou de mudança face às práticas do passado, que ao nível da gestão do programa, quer ao nível da execução dos projectos. E não temos dúvida de que foi uma experiência bem sucedida (trata-se do maior programa de cooperação territorial em toda a Europa), que a Comissão Europeia e os Estados Membros souberam reconhecer quando elevaram a cooperação territorial a um dos três objectivos da política europeia de coesão para o período 2007-2013 (a par dos objectivos convergência e competitividade regional e emprego).

Mas esta equiparação da cooperação territorial (transfronteiriça, transnacional e interregional) aos principais objectivos da política europeia de desenvolvimento regional acarretou novas consequências. Antes de mais, a necessidade de alinhar a estratégia da cooperação com as prioridades europeias relacionadas com as agendas de Lisboa e Gotemburgo. Depois porque passaram também a ser imperativos da política europeia de coesão, a concentração temática e geográfica das intervenções para assegurar resultados com impacto relevante sobre as regiões e as suas dinâmicas de desenvolvimento. Esta mesma necessidade foi percebida pelas Comunidades de Trabalho, depois de mais uma década de animação e promoção da cooperação transfronteiriça. Com efeito, o trabalho desenvolvido por estas estruturas transfronteiriças, globalmente positivo, apresentava resultados desiguais em diferentes áreas, pois estava muito dependente do empenho de algumas pessoas dentro das organizações (o que a longo prazo se torna insustentável para um processo onde a acumulação de experiência e conhecimento é determinante para alavancar novos patamares de colaboração). Assim, a partir de 2006, as Comunidades de Trabalho Transfronteiriças, lançaram um processo de reflexão com o objectivo de encontrar novos caminhos para a cooperação, tendo como referência o novo quadro estratégico criado pela União Europeia, mas também com o objectivo de dar coerência às dinâmicas de cooperação, focalizando--as em temas âncora. Partindo do quadro territorial partilhado por aquelas regiões vizinhas, procurou-se identificar os recursos ou os elementos territoriais que partilham e que são consensualmente estratégicos para todas as regiões. No caso da área de cooperação Centro – Castilla y León, emergiu com naturalidade o Corredor Irun-Portugal (Eixo Multimodal



Tejo Internacional

Portugal/Espanha – Europa) da Rede Transeuropeia de Transportes enquanto elemento territorial unificador.

Foi com base neste recurso partilhado pelas duas regiões – uma posição estratégica e infraestruturas de transportes de nível internacional – que foi concebido o projecto «MIT - Mobilidade, Inovação e Território». Este projecto tem por objectivo promover a valorização desta realidade territorial através do desenvolvimento da cadeia de valor das infraestruturas e equipamentos de mobilidade e transportes que estão construídos ou em vias de construção.

O projecto, actualmente em desenvolvimento, está ancorado em diversas vertentes, complementares e interligadas entre si, que lhe dão substância: transportes e logística, ordenamento do território, indústria, comércio e serviços, inovação e desenvolvimento tecnológico, turismo, ambiente e desenvolvimento sustentável.

No caso da área de cooperação Alentejo – Centro – Extremadura (a colaboração tripartida vem sendo uma experiência bem sucedida em muitas áreas da cooperação), emergiu facilmente o rio Tejo como elemento estruturador do território e também polarizador das dinâmicas de cooperação. Neste sentido, as três regiões assumiram na sua estratégia conjunta o objectivo de valorizar os territórios próximos da fronteira marcados pela presença do rio Tejo, onde é

necessário articular as políticas de ordenamento e de desenvolvimento regional. Este projecto procura explorar diferentes temáticas que dão coerência a uma visão estratégica para o território fronteiro: a conservação da natureza, o desenvolvimento local, o turismo da natureza e a economia rural. Em ambos contextos transfronteiriços estes elementos territoriais eram já objecto de intervenção de diferentes actores e de diferentes iniciativas (mesmo no quadro do INTERREG III). Por assumirem uma maior centralidade na estratégia das Comunidades de Trabalho Transfronteiriças foram incorporados na estratégia do novo Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal/espanha 2007-2013. por outro lado foi alargado o leque de actores e de abordagens, fundamentais para a concretização da estratégia.

É neste contexto que estão criadas elevadas expectativas sobre o futuro próximo da cooperação transfronteiriça da Região Centro com as regiões vizinhas espanholas: os actores, as estruturas de cooperação e o programa financiador confluem para uma mesma estratégia e os mesmos objectivos. Ao mesmo tempo, estão também alinhados com as estratégias e os objectivos para o desenvolvimento regional do Centro, do Alentejo, de Castilla y León e da Extremadura. ☼

A Economia Solidária é uma diversidade de práticas promotora de novos valores, novas atitudes e novas formas de funcionamento perante o mercado, estabelecendo redes de intervenção colectiva e de cooperação entre os vários sectores das sociedades. Segundo Laville (2005), a Economia Solidária estabelece as bases e fundamentos para uma outra globalização, mais equilibrada e mais solidária com os outros, e com a natureza.

A Economia Solidária, a par da Economia Social (geralmente associadas, embora distintas), tem sido uma alternativa às práticas económicas dominantes, desde o séc. XIX, enquanto resposta aos problemas sociais gerados pela revolução industrial, pelo capitalismo e, actualmente, pelo neoliberalismo (conjunto de ideias políticas e económicas que defende a não participação do estado na economia e a total liberdade do comércio, garantindo, assim, o crescimento económico e o desenvolvimento social dos países) dos mercados.

A Economia Solidária é uma prática associada a várias designações

cidade. Exemplos desse diálogo são a responsabilidade social das empresas, o marketing social, as finanças éticas (ex: microcrédito), as empresas de inserção social, o comércio justo e o consumo responsável e aquele que considero o mais recente – os softwares livres ou wikis (promotores do acesso gratuito à tecnologia e conhecimento, ex: wikipédia).

O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Podemos definir teoricamente a Economia Solidária, segundo o conceituado autor Laville (2005), como um conjunto de actividades económicas geridas democraticamente de resposta aos problemas sociais, onde os interesses humanos prevalecem sobre os interesses materiais e económicos. Reforçando esta ideia, complemento aos interesses humanos, os interesses ambientais, onde também

Amaro e Madelino (2004) acrescentam que a palavra “solidária” surge “*não no sentido social restrito, mas no sentido sistémico, de interdependência e integração com a Vida e, portanto, com todas as dimensões em que esta se exprime (...)*”. Assim, estes autores destacam na Economia Solidária cinco vertentes fundamentais: Uma **actividade económica** (uma forma de produção e/ou distribuição de bens e serviços, de criação de empregos, de rendimentos e de satisfação de necessidades), **promotora de coesão social**, respeitadora e **valorizadora do meio ambiente**, respeitadora e **valorizadora da diversidade cultural**, sustentada numa **gestão eficiente**, acrescentando-se, ainda, ser **territorializada e promotora de desenvolvimento local** e assente numa **lógica de investigação-acção**, que lhe permita uma constante criatividade e adaptação a novos desafios.

Marco Domingues
Associação EcoGerminar



A Economia Solidária Uma “outra” Economia para o Desenvolvimento Sustentável

localizadas geopoliticamente, tais como Economia Social em Portugal, Terceiro Sector (Non-Profit Sector) da tradição Anglo-Saxónica (próximo da filantropia), de Economia Solidária e Social já num contexto Europeu Continental, onde a França desempenhou um forte estímulo (através de experiências de mutualismo e associativismo muito grandes, substituindo o papel do Estado na procura de soluções para os problemas sociais gerados pelo capitalismo) e no contexto Latino-Americano, apresenta-se, entre outras designações, como uma Economia Popular. No entanto, parece-me importante o papel determinante que a Economia Solidária assume nas sociedades, distanciando-se, por exemplo, do tradicional modelo da Economia Social em Portugal, associado à grande dependência da subsidiariedade do Estado para a execução dos seus serviços e/ou actividades.

É através da identificação de novos problemas, tais como os problemas ambientais, a necessidade de um diálogo intercultural, a nova pobreza e exclusão social e a crescente desigualdade mundial que a designação de Economia Solidária assume maior importância nos últimos 30 anos (distanciando-se do conceito original de Economia Social), promovendo a procura de novas e inovadoras respostas sociais e solidárias, de um novo diálogo entre a economia e a so-

A Economia Solidária poderá ser encarada como a lógica sustentável do mercado? Nós (Associação EcoGerminar) acreditamos que sim, onde o acesso ao conhecimento e à informação será fundamental para o seu desenvolvimento, onde a cooperação e a parceria serão os seus suportes de intervenção, onde a responsabilidade social de empresas e cidadãos serão os seus apoios financeiros e humanos, onde a produção de bens e serviços gera emprego e riqueza sustentável, para o desenvolvimento comum, integrado e justo.

A Economia Solidária é um conceito em evolução que apresenta modelos e propostas sustentadas em experiências bem sucedidas e sustentáveis, por agir transversalmente nas diferentes dimensões do desenvolvimento, a economia, o social, o ambiental, o territorial e o cultural. A Associação EcoGerminar contempla nos seus princípios, e em primeiro pilar de desenvolvimento, a Economia Solidária, enquanto estratégia de intervenção local, de modo a promover a sua missão “Gerar Valor Sustentável no Local (no mundo rural, na BIS), para o Global”. As práticas de Economia Solidária representam um outro caminho, um caminho alternativo, para uma outra globalização, a globalização da acção colectiva, dos valores humanos, dos valores ambientais, dos valores do desenvolvimento sustentável. ✿

Explicar porque motivo algumas pessoas frequentam museus durante toda a vida e outras nunca chegam a entrar em nenhum, é tarefa inglória e aqueles que o tentaram não conseguiram uma resposta conclusiva. Como diz um dos meus professores de doutoramento mais brilhantes e incisivos, a maioria das pessoas entra nos museus “porque a porta está aberta”!

Não me lembro como começou o meu fascínio pelos museus, nem me lembro do primeiro que visitei – acho contudo que foi o Museu Nacional dos Coches em Lisboa.

Em criança eram para mim um lugar mágico onde nos é permitido ver e sentir o passado em primeira-mão, olhar os objectos sobreviventes de culturas desaparecidas, numa espécie de adoração/idolatração em fila contínua, contida por cordões vermelhos, perante artefactos intocáveis.

Na presente época de globalização em que cada lugar já não é mais caracterizado por uma população homogénea com profundas raízes no passado daquele lugar, nem por uma única cultura, mas pela sobreposição e fusão culturais, pela diversidade de populações, em que os fluxos de relações constroem novas identidades, novas culturas e novos patrimónios, temos de questionar qual o papel que os museus podem assumir neste contexto.

Podem continuar a ser museus onde se preserva e interpreta o património, o lugar privilegiado de contacto do ser humano com a herança patrimonial. Podem optar por privilegiar as acções educativas, lúdicas, de animação, de inclusão, de desenvolvimento local/regional numa auto-exclusão do movimento global. Ou poderão assumir uma

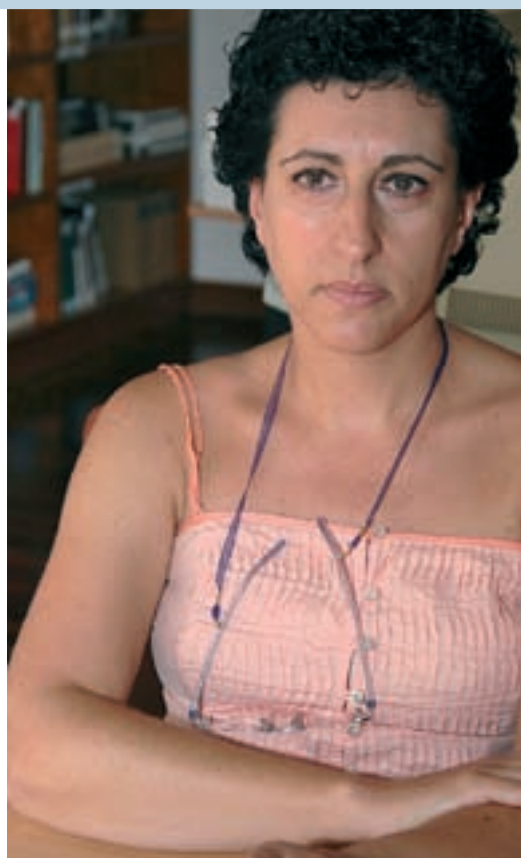
Para onde caminham os Museus?

Aida Recheda

Monsantina

Mestre em Museologia

Directora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior



ADRACES

A introdução dos “novos” patrimónios no espaço museal e a possibilidade de desenvolvimento de actividades educativas e lúdicas nos museus fez com que ganhassem um interesse acrescido: são um espaço de convívio, de sociabilidade, em estreita conexão com a comunidade onde se inserem.

Vamos ao museu para ouvir concertos, ver desfiles de moda, peças de teatro, participar em tertúlias, conferências e debates, realizar *workshops*, ateliers e oficinas, fazer *peddy papers* ou circuitos de descoberta, degustar gastronomias exóticas, mostrar a cultura do nosso longínquo país de origem, fazer cursos rápidos de restauro de cerâmica, ganhar campeonatos de jogos tradicionais, num grande à-vontade com aqueles espaços.

Na euforia de realização destas múltiplas actividades o improvável tornou-se o habitual: vamos aos museus numa atitude participativa mas o nosso contacto com os bens patrimoniais, apesar deles continuarem lá expostos, é muito mais informal para não dizer distante, distraídos como estamos com o fervilhar de iniciativas.

vertente universal/global tratando temáticas de interesse mundial: as grandes dinâmicas ambientais e energéticas, os movimentos sociais, os problemas raciais e étnicos, as questões de género e igualdade, num plano supra territorial mas que interligam todo o planeta numa mesma preocupação.

Não sei qual o modelo ideal nem para onde caminham os museus. Mas sinto que, muito mais do que um lugar de memória, os museus são um espaço de relação multi-sensorial e intelectual com a herança patrimonial, a que recebemos e a que estamos a constituir para o futuro. Servem para nos fazer recordar mas também alertar para os votados ao esquecimento e à exclusão. Servem para nos divertir mas também para nos deixar preocupados. Servem para nos ensinar mas também para questionarmos e discordarmos. Servem para interpretar e desenvolver o território local mas conseguem pensar e agir globalmente.

A solução será continuar experimentando caminhos... ❁

Vivemos uma época em que, cada vez mais, o tempo supera o espaço. O que conta, actualmente, é mais a distância-tempo e não tanto a distância-geográfica. Para os territórios isso implica que o indispensável e verdadeiramente crítico é estar conectado, mais do que estar perto. Conectividade, mais do que contiguidade.

Para os territórios rurais, a escassa dimensão económica, a desconexão, o distanciamento aos centros de poder, têm-se vindo a traduzir-se em fenómenos de desestruturação social, constituindo elementos de grande fragilidade face às novas coordenadas internacionais. Neste cenário, a sobrevivência destes territórios passa por romper com o tradicional isolamento, aumentando a sua massa crítica e alcançando dimensões que lhes permitam incrementar a sua presença nos quadros de acção e de decisão. Daí a importância de cooperar com outros territórios e abrir-se ao mundo. A cooperação

planos e estratégias para se reposicionarem à escala internacional. É necessário que todos os actores sociais se adaptem à globalização, globalizando-se, também, na sua acção. É importante que os territórios se abram ao mundo, mas de forma organizada e inteligente. Diferenciada. O que quer, desde logo, significar a definição de uma estratégia e de um projecto claro com prioridades estruturadas. A ideia não é apanhar o primeiro autocarro que passe. Pode muito bem ir numa direcção que não sirva o nosso interesse. Se a cooperação é, manifestamente, uma porta aberta para uma ruralidade renovada, importa, de igual modo perceber, que, para isso, é fundamental, paralelamente, colocar as áreas rurais em posições que lhes permitam filtrar as oportunidades que vão surgindo.

Face às situações de bloqueio que se verificam em muitos espaços rurais, torna-se imprescindível avançar e procurar saídas mediante

Pontes para uma ruralidade renovada

Domingos Santos

Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco



de base inter-territorial deve, claramente, ser entendida como um instrumento de renovação das bases competitivas em que assenta o desenvolvimento rural, assim sejamos capazes de reconhecer a sua heterogeneidade e a diversidade de situações e problemáticas que enfrenta.

Entendo o desenvolvimento rural, cada vez mais, como um espaço de encontro entre localidade e regiões, baseado no diálogo de diversidades (biofísicas, sociais e económicas) colocadas ao serviço da qualificação dos territórios e das comunidades. Há tudo a ganhar com relações de troca de experiências e de conhecimentos – na verdade, o objectivo estratégico da cooperação não deve ser outro senão o da gestão partilhada de conhecimento. Colocar em prática verdadeiras estratégias de cooperação no quadro do desenvolvimento rural pode trazer benefícios a todos os actores. Para que isso se concretize é preciso que tal decorra, não de projectos tomados isoladamente, mas antes de estratégias e acções coordenadas.

A interacção de carácter cooperativo e estratégico é, a este nível, um instrumento fundamental. No fundo, a globalização torna ainda mais premente a necessidade de os actores locais se dotarem de

o estabelecimento de novos nexos de inter-relação que reforcem e consolidem o sistema rural. A cooperação não é senão a edificação de pontes que se podem consubstanciar em parcerias de valor acrescentado, criando mais fluxos de relação e inserindo melhor os territórios rurais na sociedade do conhecimento e na economia-mundo. Pontes com áreas rurais vizinhas mas, também, pontes com áreas urbanas e com áreas rurais geograficamente distantes mas funcionalmente ou identitariamente próximas.

Agora que, com o Quadro de Referência Estratégico Nacional, os programas de cooperação deixam de ser iniciativas comunitárias, cuja governação ocorria externamente ao Quadro Comunitário de Apoio, para passarem a ser programas operacionais com regras idênticas às restantes intervenções, abre-se uma ampla janela de oportunidades que privilegia a cooperação territorial como dimensão decisiva da política de desenvolvimento rural, permitindo mobilizar recursos para complementar e maximizar os financiamentos europeus. E que importa saber aproveitar. Pena seria que uma visão limitada de combate à *ruralidade de ontem* levasse a não perceber as oportunidades e desafios que a *ruralidade de amanhã* já deixa adivinhar. ☘

Como surge a Junta?

Muito antes de ser presidente de Junta, nesta mesma freguesia, passei por várias colectividades. Passei pela colectividade da caça e pesca, da qual fui fundador e ainda sou sócio. Estive seis anos como membro dos corpos directivos. Depois, integrei o Clube Desportivo e Recreativo durante seis anos, sendo que em dois assumi a presidência. Sempre gostei de fazer parte de equipas que façam algo em prol da comunidade. Daí que tenha sido quase natural o convite do Sr. Presidente Joaquim Morão para fazer uma lista candidata à Junta. Aceitei e são já três mandatos à frente dos destinos desta freguesia.

concretamente um Lar de terceira idade ou um Centro de Noite. Penso que esta freguesia tem todas as condições para chegar lá. Seria um sonho bonito, se, ainda com a nossa colaboração, conseguíssemos erguer uma obra que albergasse os nossos idosos e os idosos das freguesias em redor.

De que outras obras carece a freguesia?

Estamos numa fase de dar manutenção e a devida assistência às infra-estruturas já realizadas. Hoje, devemos-nos virar mais para as pessoas do que para as obras, porque as obras básicas já estão ao serviço da



*Freguesia de Escalos de Cima
Afonso Baptista, 55 anos*

“Hoje, devemos-nos virar mais para as pessoas do que para as obras”

Natural da Póvoa do Rio de Moinhos, desde muito pequeno foi morar para Alcains, radicando-se na vila até aos 23 anos. Enamorou-se por uma rapariga dos Escalos de Cima, casou e a freguesia adoptou mais este filho já lá vão 35 anos. Ergueu uma empresa de construção civil na freguesia e envolveu-se na luta pelas causas da terra que já não troca por nenhuma outra. Há 11 anos que assume o comando da autarquia local.

ADRACES

Pode-se falar em estabilidade populacional nesta freguesia?

Somos cerca de 1200 habitantes, 1100 eleitores. Temos tido a preocupação de que toda a gente que habite ou esteja ligada à freguesia se recenseie nos Escalos de Cima. Embora seja uma aldeia pequenina, possui uma vida empresarial forte. As empresas de construção civil são as de maior dimensão e actividade. A agricultura tem também um papel ainda importante. O conjunto empresarial oferece cerca de 400 a 500 postos de trabalho à população residente.

A freguesia tem ainda a vantagem de ser um sítio de passagem e ligação para dois concelhos, Idanha-a-Nova e Penamacor, e para a Espanha, mas não posso descurar a fibra desta gente, que é muito activa e dinâmica. Temos tido gente empreendedora capaz de apostar na implementação de negócios próprios na freguesia.

A escola primária ainda existe e ronda as 25/30 crianças e o jardim-de-infância acolhe sensivelmente 22 crianças. O equilíbrio tem-se mantido ao longo de todos estes anos.

E quanto à qualidade de vida dos idosos?

O Centro de Dia tem sido a colectividade, com grande valor, responsável por esta área, mas penso que tem assumido uma postura algo fechada perante a Junta de Freguesia.

Se uníssemos os esforços da Junta, da Câmara Municipal e das forças vivas desta freguesia, poderíamos ter já um projecto mais ambicioso,

população. Um dos papéis muito importantes destas autarquias é ajudar na manutenção das colectividades no activo, porque é uma forma de manter a juventude ligada à terra. Temos cinco colectividades: duas de associativismo juvenil – Guardiões da Luz e Escalar –, o Clube Desportivo, a Associação de Caça e Pesca que traz pessoas de fora à nossa freguesia, e o Centro de Dia. Criámos sedes próprias, e algumas das suas despesas estão a ser suportadas pela Junta de Freguesia, além do apoio prestado na realização de eventos.

As festividades populares da aldeia têm sido uma forma de atrair visitantes?

Actualmente, temos três eventos assinaláveis em termos de festas populares. É a festa de Maio, que tem sempre grandes dificuldades de realização, porque as pessoas recusam-se cada vez mais a integrar a comissão de festas que é nomeada anualmente. Este ano não se realizou. O São João é também uma festa muito interessante e activa, realizada pela juventude da terra. E surgiu, no último ano, um evento novo – a Festa das Sopas, através da colectividade juvenil Guardiões da Luz, no Pavilhão Multiusos, e que teve grande sucesso logo no primeiro ano de edição. Penso que, se conseguirmos continuar a ter sustentabilidade para estes três eventos, a aldeia se assume como um forte chamariz para atrair muita gente de fora. ☼

Filipa Minhós

Pensar o Desenvolvimento Rural entre a Tradição e Modernidade

Cidadãos, homens e mulheres de saber, especialistas, intelectuais, agentes de desenvolvimento, animadores culturais e outras personalidades que demonstram o discernimento da sensatez e a consciência dos requisitos da qualidade de vida no âmbito de um projecto social que valoriza os territórios rurais como parte fundamental da existência humana em pleno século XXI, reuniram-se na primeira quinzena de Junho, em Sucha Beskidzka, na Polónia. O encontro decorreu sob a égide da APURE – Associação para as Universidades Rurais Europeias a que Portugal, meritória e justamente preside, dadas as reconhecidas competências sociológicas, políticas, cívicas e culturais do seu Presidente, Camilo Mortágua, cujo dinamismo desenvolveu esta Instituição Europeia tornando-a uma entidade inequivocamente relevante no que respeita à reflexão orientadora dos modelos de desenvolvimento do mundo rural.

O processo de globalização que caracteriza hoje o desenvolvimento social tende a reforçar um modelo de desenvolvimento urbano que implica a concentração populacional em cidades e a terciarização do emprego, factores que concorrem para o aumento de problemáticas de difícil resolução como o desemprego, a pobreza e a exclusão, enquanto consequências de um mercado de trabalho marcado pela flexibilidade e a precariedade cuja dinâmica não coincide com as necessidades inerentes à integração social da generalidade dos cidadãos.

Contrariamente ao que seria de esperar, o processo de globalização atinge de forma desigual os vários territórios do mundo, da Europa à Ásia, África, América ou Oceânia com reflexos assimétricos em termos da igualdade de oportunidades para as populações que assistem ao seu progressivo isolamento e afastamento da esfera do que consideramos mundo desenvolvido, remetidos à desertificação dos espaços interiores e rurais dos seus países, denominados já periféricos ou ultra-periféricos e destituídos de capacidade de competição e concorrência relativamente aos espaços urbanos onde se aglomeram bairros sociais e tecnologias que, dispensando mão-de-obra, conduzem à desestruturação das famílias e à insegurança existencial dos indivíduos.



SANDRA VICENTE

Paradoxalmente, os grandes espaços rurais ficam abandonados, sem economia que aí sustente o desenvolvimento social, dado o abandono generalizado da agricultura e a subalternização política a que estes territórios estão condenados, fruto de prioridades financeiras ditadas pelos mercados que se organizam em dinâmicas insustentáveis no médio prazo por desprezarem a força humana que os alimenta.

O constatar desta realidade permite-nos já afirmar que as actuais condições organizativas dos modelos de desenvolvimento dominantes prosseguem um rumo incompatível com os anseios de uma sociedade mais justa e equitativa, fomentando injustiças e processos exclusórios que vêm ditando, cada vez mais, explosões colectivas de revolta, com elevados custos sociais para os cidadãos e, particularmente, para as gerações vindouras. Neste sentido, é efectivamente urgente repensar a lógica organizacional do mundo em que vivemos e, neste contexto, discutir o seu futuro numa perspectiva não-conformista relativamente à previsível extinção da diversidade dos seus modos de vida, contrariando de forma sustentada a secundarização para que são remetidos estes territórios. Exemplo claro de que a alternativa é possível é a quantidade de exemplos, experiências e reflexões que podemos já encontrar quando se reúnem pessoas que tomam o problema em mãos e o analisam e debatem de forma construtiva. Foi isso que aconteceu em Sucha Beskidzka, no 20º aniversário da APURE, onde 166 pessoas de 10 nacionalidades diferentes equacionaram, com seriedade, rigor e pluralismo temático e de opinião, problemáticas diversificadas que puseram em

confronto os problemas suscitados pelas tendências económicas e sociais contemporâneas e a política da União Europeia em relação ao desenvolvimento rural, face às especificidades e potencialidades que os territórios rurais oferecem no quadro da construção de uma sociedade mais saudável, integradora e ecológica capaz de, por um lado, preservar as lições aprendidas ao longo da História da Humanidade, conservadas na cultura e no património das sociedades e, por outro lado, promover a inovação e a modernidade através, quer do incentivo ao empreendedorismo económico de homens e mulheres, quer do estímulo à criação de políticas, metodologias e estratégias de intervenção em termos locais, regionais e nacionais empenhadas no desenvolvimento eficaz dos territórios rurais.

A educação, o conhecimento e a valorização das especificidades rurais emergem hoje, sem sombra de dúvida, aos olhos de todos os especialistas, como um reduto da esperança na viabilidade de uma revitalização dos espaços rurais capaz de garantir a atracção e fixação populacional essenciais à sobrevivência digna e preciosa de formas de vida mais saudáveis para todos os cidadãos onde a dignidade e a alegria de viver sejam uma realidade. Para isso, é urgente despertar as consciências e investir com firmeza em mecanismos e processos susceptíveis de promover uma reflexão concertada capaz de se reflectir em formas de acção úteis ao desenvolvimento de um mundo que nos garanta a humanização da vida em sociedade. Antes que seja tarde demais! ✨



Museu das tradições rurais polonesas ao ar livre

SANDRA VICENTE

Intervenção de abertura da 9ª URE

Companheiras e companheiros destas jornadas em que celebramos os primeiros 20 anos da nossa existência como plataforma e rede europeia ao serviço das pessoas e dos territórios rurais europeus, a todos, mulheres e homens, vos saúdo e agradeço a vossa presença. Como sabeis, é possível traduzir para os nossos diferentes idiomas o sentido das palavras que usamos, mas... infelizmente, ainda não há tradutores para os sentimentos!

Ainda não há quem possa traduzir, para vós, este meu profundo sentimento de alegria por poder partilhar com todas e todos, mais estes momentos de confraternização, reflexão e busca comum, de melhores e mais justas condições de vida, solidariamente, para todos os rurais da Europa e do Mundo.

O tempo que estamos vivendo ficará para a história da evolução das nossas sociedades, como o tempo em que, pela primeira vez em mais de meio século, se vislumbram sinais de mudança para a vida daqueles que produzem os produtos básicos da nossa alimentação. Uma mudança que signifique pagar os seus produtos pelo preço justo e necessário à manutenção de um nível de vida equiparado à de outros actores económicos e sociais dum mesmo território.

Uma mudança que signifique deixar de depender da “esmola dos subsídios” dados ao “sabor e ritmo” de quem manda, sem a estabilidade necessária à planificação de médio/longo prazo.

Desde os anos 50 do século passado, interesses estranhos ao mundo rural impuseram políticas que obrigaram, na maioria dos casos, a que os produtos agrícolas fossem comercializados abaixo dos custos de produção.

Essas políticas influenciaram de forma determinante o desaparecimento de centenas de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas, “empurrando” milhões de rurais europeus para as periferias das grandes cidades em busca de alternativas de vida e de emprego, provocando o despovoamento dos campos e a hiper-concentração demográfica nestes universos desenraizados e socialmente instáveis das periferias urbanas. Com o desaparecimento da grande maioria dos pequenos e médios agricultores, foi-se a maioria da população activa e em idade reprodutiva, sucedendo-lhe inevitavelmente o despovoamento.

Para tentar evitar que o desaparecimento dessa maioria de pequenos e médios agricultores não afectasse a produção global de alimentos, inventaram a “política agrícola comum”.

Esta política, apesar das apregoadas boas intenções, objectivamente serviu para “encorajar” os grandes produtores a investir na massificação da produção, ajudando assim à hiper-concentração e à industrialização da produção e da transformação dos produ-



Visita a oficina local produtora de móveis IKEA

SANDRA VICENTE

tos alimentares, numa pura lógica empresarial de obtenção do maior lucro possível, sem respeito ou sensibilidade alguma por se tratarem de produtos essenciais à manutenção da vida humana.

Foi através desta política subsidiária que foi mantida a dopagem redutora dos preços agrícolas em benefício dos milhares de novos produtos manufacturados (quantas vezes supérfluos, poluentes e inúteis).

Foi através destas políticas que o consumidor final, e sobretudo os mais frágeis economicamente, foi induzido a sentir e comprar novas “necessidades”, a gastar o que poupavam com os preços baixos da alimentação, noutras “inovações” socialmente prestigiadas, segundo padrões impostos pelos “poderosíssimos medias dominantes”.

A hiper-concentração da produção e transformação agro-alimentares, a mercantilização pura e dura da alimentação humana, submetida à lei do maior lucro possível, trouxeram-nos a “insegurança alimentar”.

Trouxeram-nos a insegurança sobre a natureza e qualidade daquilo que comemos, a loucura de uns quantos grandes empresários muito competitivos, gananciosos e “inovadores”, levou os bovinos à loucura e muitos espaços rurais à desertificação e ao despovoamento.

Esta pseudo-racionalização da competitividade da actividade agrícola e a conseqüente concentração em grandes cartéis distribuidores do agro-alimentar podem levar a rica Europa em que vivemos à condição de cúmplice da morte de milhões de excluídos dessa nossa suposta riqueza, habitando noutros continentes; ao mesmo tempo que, paradoxalmente, se tornará dependente daquilo que outros produzam, por falta de europeus que ainda queiram ou saibam tirar da terra europeia o seu sustento!

Companheiras e companheiros, a situação é complexa e, seguramente, presta-se às mais diversas abordagens.

Na Europa, há muitas Europas. Nos espaços rurais europeus, de País para País, e dentro de cada País, de território para território, são diferentes as situações.

Não pretendemos interpretar aqui o pensamento unânime

da APURE, o meu propósito é apenas o de vos incitar a reflectir sobre estas questões durante estas jornadas.

Em minha opinião, e segundo o que me tem sido dado observar ao longo destes últimos 20 anos em diferentes países, sobretudo nos países da Europa Ocidental, uma das causas da fragilidade reivindicativa dos rurais, uma das fraquezas do poder negocial dos rurais face às instituições nacionais e europeias é, sem dúvida, a própria “desestruturação” das sociedades rurais.

Agricultores e não agricultores têm estado voltados de costas uns para os outros... Tem prevalecido a desconfiança e a análise imediatista de que os interesses de uns e de outros são opostos.

Penso ser indispensável trabalhar afincadamente para mudar esta forma de pensar.

Estrategicamente, a médio e longo prazo, agricultores e não agricultores, se habitando e vivendo nas mesmas comunidades, têm interesses convergentes.

O estrangulamento da economia e das condições de vida nas pequenas comunidades rurais significa também a desvalorização do património de uns e de outros, seja ele de que tipo for; o contrário também é válido.

Daqui lanço o meu apelo, para que das nossas reflexões conjuntas surjam contribuições para o debate em torno da necessidade de dar muito maior coesão de pensamento e acção ao relacionamento entre rurais, de todas as condições e profissões.

O aumento da capacidade de luta dos rurais pelos seus justos direitos a melhores condições de vida e a contribuição da APURE para o trabalho das Instituições Europeias no aperfeiçoamento e correcção das políticas de Desenvolvimento Rural da U. E. assim o exige. ☼

Camilo Mortágua

Sucha Beskidzka – Polónia

Junho de 2008



Descida da ribeira Dunajec entre a Polónia e a República Checa



Representante Dinamarquesa das Universidades Rurais

SANDRA VICENTE

Declaração Final da URE de Sucha Beskidzka

Compreender para melhor resistir e viver

Nós, os participantes nesta sessão das Universidades Rurais europeias, reunidos em Sucha Beskidzka, Voivódia de Maloposka, no Sul da Polónia, de 12 a 15 de Junho de 2008, vindos de Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica, Dinamarca, Inglaterra, Hungria, Roménia, Eslováquia, Polónia e da longínqua Ilha da Reunião... em representação das mais diversas instituições públicas e privadas de nível local, regional, nacional e europeu, e de Redes de actores, as mais diversas agindo directamente nos seus territórios em favor de transformações positivas para a vida das comunidades rurais europeias:

- Declaramo-nos conscientes e preocupados com as dificuldades encontradas para dar continuidade à construção do Grande Projecto Europeu capaz de vencer o desafio das transformações necessárias para assegurar um futuro com o essencial à vida dos Povos: a paz e a alimentação!
- Declaramo-nos decididos a tudo fazer para mobilizar os nossos concidadãos e as nossas organizações, para que todos ganhem consciência plena do seu lugar e das suas responsabilidades neste combate civilizacional pela manutenção da Paz e da

Liberdade de cada um, tão perigosamente ameaçadas na actual situação do Mundo.

- Declaramos o nosso apoio pessoal e o das nossas organizações às instituições europeias na procura de alternativas adaptadas à governação democrática da Europa e ao desenvolvimento de políticas capazes de sustentar com equidade os esforços dos rurais para manter vivas as populações, as culturas e os espaços rurais essenciais à vida no Planeta.
- Reafirmamos a nossa convicção de que a participação activa e responsável dos rurais é indispensável para a valorização durável e vivida das culturas rurais e da dignidade humana daqueles e daquelas que as vivem e transmitem.
- Em consequência, agiremos para reafirmar o papel dos rurais na conquista e dinamização de dinâmicas sociais, políticas e culturais, participativas e democráticas.
- Reafirmamos ainda que os territórios rurais e as suas culturas são certamente a memória das nossas sociedades, mas, para além disso, os seus valores são ao mesmo tempo vectores de inovação e de modernidade, indispensáveis à concretização do projecto europeu na sua globalidade.

- Declaramo-nos prontos a promover e apoiar as reivindicações dos rurais europeus por um justo e equitável desenvolvimento em plano de equivalência e complementaridade com as cidades e as populações urbanas.
- Insistimos e reafirmamos a nossa vontade de reforçar a nossa Rede / Plataforma – APURE, para que, com a sua experiência e o seu saber intervir em territórios rurais, portadores dos valores da Educação Popular para todos e ao longo da vida, possamos continuar a agir em favor da maior compreensão mútua possível entre europeus.
- Reafirmamos a nossa decisão de redobrar os nossos esforços para que as Universidades Rurais Europeias continuem a acontecer junto das populações que as acolhem, para construir sobre os seus territórios saberes colectivos e desenvolver redes de informação e de formação, para que todos nós possamos ser, sobre cada um dos nossos territórios, mobilizadores esclarecidos para os caminhos do futuro. ☸

Sucha Beskidzka

Junho de 2008



Como reconhecer onde e como acontece o Desenvolvimento Local

PEDRO MARTINS

Há quem diga que o Desenvolvimento Local – “DL” anda... por aí! Muito disfarçado, utilizando muitos e variadíssimos nomes, sem nunca ser identificado pelo que lhe é próprio. Ao que parece, porque os próprios que o praticam e defendem, só evocam o seu nome na intimidade dos “concílios de iniciados” sem ousar fazê-lo publicamente, com o entusiasmo e persistência que ELE, o DL, merece. Por vezes, pelo que “vemos, ouvimos e lemos” pressentimos que ELE, o “DL,” deve ter passado por ali, que é a sua filosofia, são os seus os princípios e valores que estão na origem das iniciativas divulgadas com louvores. Por uma espécie de intuição, parece-nos que esta ou aquela iniciativa de que se fala é, deve ser, obra de Desenvolvimento Local. Puro engano... afinal, quando se lêem as notícias, aquilo nada tem que ver com o que nos parecia... segundo afirmam os órgãos da comunicação social, são obras de outros personagens. Aquilo que nos pareciam iniciativas de Desenvolvimento Local, afinal, segundo a dita “comunicação social” são **projectos e intervenções** cujos padrinhos e autores são muito mais ricos e mediáticos que esse pobre e mal querido “DL”!

Ao contrário daquilo que nos parece, dizem os tais órgãos de comunicação social que os autores e protagonistas das boas iniciativas louvadas chamaram-se, ou continuam a chamar-se, vejam bem:

feder, feoga, fse, leader, interreg, now, adapt, integrar, integra, rim, sir, pro – isto e aquilo – rafael, pessoa, leonardo, euclides, equal, horizonte, avô, regis e “tuti quanti”, referindo, uma vez por outra, lá muito de quando em quando e timidamente, o nome de uma das Associações de Desenvolvimento Local “ADLs” como obreira associada às iniciativas, sem referência alguma, nenhuma mesmo, à essência da pedagogia que caracteriza a abordagem cultural, social e económica do “DL” (figura sempre inconsequentemente invocada, mas nunca identificada e relacionada com o resultado concreto das acções que se divulgam).

Assim o “DL” e as suas práticas, muitos evocados e teorizados, continuam na “abstracção”, raramente utilizados como marca distintiva das iniciativas desenvolvidas segundo os seus princípios e fundamentos. Por esta consentida despersonalização, o Desenvolvimento Local – DL passa a ser, na prática, e em termos de opinião pública geral, qual-

quer coisa muito difusa e obscura, talvez a designação de alguma nova seita composta por meia dúzia de lunáticos, só compreendidos por umas quantas centenas de idealistas utópicos que ainda acreditam na possibilidade de construir um mundo mais equitativo e justo.

Se os adeptos e praticantes dessa suposta utopia que é o DESENVOLVIMENTO LOCAL (precipitadamente reduzido a “DL”) não saírem das suas “capelas e conciliábulos internos” para as “praças públicas” para explicar e defender os métodos e as práticas do “DL”, então, a utopia nunca deixará de o ser!

Então, os governados nunca perceberão a sua importância para assegurar um futuro com dignidade; e os Governantes, sempre mais preocupados em manter o poder do que em desenvolver políticas justas mas ainda incompreendidas por quem vota, não terão quem os “pressionem” para adoptarem iniciativas legislativas e económicas capazes de favorecer a evolução das nossas Sociedades para as práticas do DL e da Democracia Participativa. Democracia Participativa, fundamento e suporte das iniciativas de Desenvolvimento Local e, por agora, a mais promissora das alternativas para assegurar a sobrevivência das Liberdades e Direitos inerentes ao exercício da própria Democracia Representativa.

Pensamos que todas as práticas inspiradas e desenvolvidas segundo os princípios básicos do “DL” devem ser ostensiva e sistematicamente divulgadas sob a marca comum de “acções “DL”, sejam elas desenvolvidas em meio Rural ou Urbano, embora, em minha opinião, mais facilmente identificáveis quando levadas a cabo em meios rurais.

Todos quantos trabalham em e para o “DL”, todos quantos já compreenderam os méritos das suas práticas, devemos incansavelmente divulgar e valorizar o trabalho que está a ser feito, um pouco por todo o Mundo, em favor do “DL”, como práticas prospectivas de novas alternativas comportamentais e organizativas para o futuro da Humanidade.

É necessário tirar o “DL” da semi-clandestinidade em que se encontra, definir-lhe “o rosto e o perfil” e apontá-lo à opinião pública como inspirador de práticas benéficas para as nossas vidas e territórios. ☸

Bordado de Castelo Branco na Venezuela



ADRACES

O Bordado de Castelo Branco ocupou um lugar de privilegiado relevo na visita oficial de três dias do primeiro-ministro, José Sócrates, à Venezuela, que se iniciou no passado dia 13 de Maio. No segundo dia de estadia, o Governo português contou na agenda com a inauguração de uma exposição de tapeçarias e bordados portugueses de prestígio no Parque Del Este, onde diversas colchas de Bordado de Castelo Branco marcaram presença. Em representação deste *ex-libris* de elevado valor patrimonial esteve António Realinho, director da ADRACES, associação que tem liderado o projecto de valorização e promoção do produto regional. No mesmo local, decorreu, posteriormente, uma recepção à comunidade portuguesa na Venezuela, estimada em cerca de 600 mil pessoas, que puderam conhecer a mostra. A visita ministerial portuguesa consistiu ainda na assinatura de vários acordos comerciais para a criação de uma plataforma privilegiada para as exportações portuguesas para a Venezuela. Também a exposição foi uma forma de dar a conhecer e angariar encomendas das produções nacionais de artesanato de excelência no país da América Latina. ❁

A Estratégia de Desenvolvimento Local para a BIS

Assinatura de protocolo de parceria



ADRACES



A estratégia de desenvolvimento integrado local para a Beira Interior Sul, assente na metodologia LEADER, faz a sinopse entre a concentração e a concertação de esforços e a diversificação das actividades do território, no sentido de se contribuir com mais-valias precisas e indicativas e com a criação de formas de melhoramento das condições de vida das populações locais, dando continuidade ao processo de inversão do êxodo rural registado.

Foi com base nestas premissas que se definiu a Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD), no âmbito do PRODER. A Estratégia Local de Desenvolvimento é o modelo de desenvolvimento para o território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades através da valorização dos seus recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objectivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores. Elaborada de forma participada e activa por uma parceria ampla e representativa dos actores e sectores mais relevantes do território e tendo por base as orientações e prioridades da política europeia e nacional para o Desenvolvimento Rural, a Estratégia tem como objectivo central a valorização dos produtos tradicionais de qualidade, o desenvolvimento do turismo em espaço rural e a dinamização e diversificação económica. A preocupação central foi a de definir um modelo de desenvolvimento assente nas características

específicas do território e das suas necessidades de desenvolvimento, tendo por base os seguintes pressupostos: i) a implicação dos agentes e das instituições; ii) a integração dos vários sectores de actividade numa lógica multifuncional; iii) os recursos do território numa óptica integrada e iv) a cooperação e a articulação com as políticas regionais, nacionais e europeias.

Estas iniciativas deverão contribuir para a criação e desenvolvimento de actividades diversificadas e criadoras de riqueza e de emprego, contribuindo para a competitividade e crescimento económico do território, factores indispensáveis para fixar população.

Com o objectivo de envolver as forças vivas do território no delineamento da estratégia de desenvolvimento para a BIS, a ADRACES tem realizado reuniões por todo o território com os diversos sectores de actividade da zona de intervenção, para esclarecimento de dúvidas e apresentação de projectos, e com uma equipa técnica alargada para definição das grandes linhas estratégicas e orientadoras de todo o plano de desenvolvimento local.

No passado dia 14 de Julho, as entidades parceiras reuniram no Salão Nobre da Câmara Municipal de Castelo Branco para assinar o acordo de parceria da Estratégia. A sessão, que marcou o momento de corolário do documento, serviu ainda para esclarecimento das derradeiras dúvidas, num debate envolvente e participado pelos presentes. ❁



Los Barruecos, Espanha

PEDRO MARTINS

Raia de Solidariedade e Afectos

1. Raia, traço de união. Os territórios, na sua lógica produtiva, ambiental e até pela humanização resultante da acção de sucessivas gerações, se apresentam fronteiras físicas, tanto separam como unem os povos. Um curso de água ou uma montanha, podendo como acidente natural ser difícil de transpor, por outro lado podem ser eixos de ecossistemas ambientais e mosaicos de actividades que unem mais do que separam as populações. De facto, o que é decisivo é a história, a cultura, as actividades produtivas, a maneira de ser e de estar das populações na sua capacidade de diálogo.

Assim, na longa fronteira com Espanha, a raia foi sempre mais uma linha político-administrativa, definida e imposta pelos poderes centrais, do que uma real divisão e separação das populações, actividades e culturas. Contudo, até Abril de 1974, os esforços de controlo fiscal e policial nos dois lados da fronteira eram muito fortes e evidentes. Os dois lados da fronteira **eram face da mesma moeda** que se traduzia no atraso e esquecimento de ambos os Governos em relação às áreas de fronteira, raia do subdesenvolvimento.

2. O Contrabando. Para as populações havia vantagens comparativas em existir um e outro lado. Vantagens nas diferenças produtivas. E, diferenças e variedade nos produtos sempre alimentou o comércio. De facto, para a economia fechada no sector primário, os interesses e as oportunidades ligadas ao comércio na vida prática do

dia-a-dia, a colaboração e cumplicidade de um e de outro lado da fronteira. Nas sociedades rurais até à ruptura da forte emigração, de economia de subsistência, quem obtivesse dinheiro fresco com os lucros do comércio clandestino ocupava o vértice da pirâmide do poder social. E as redes do contrabando foram tão fortes e lucrativas que se impuseram apesar do controlo policial. Aliás, como sempre, os interesses económicos eram por um lado a válvula de escape da miséria dos campos e, por outro lado, o argumento de peso que comprava o fechar de olhos, contribuindo para que tal rede de cumplicidades e negócios funcionasse com eficácia. No interior das povoações de um e outro lado da raia, as pessoas eram vítimas dos regimes opressores, pela acção controladora da elite balofa do funcionalismo administrativo e policial. Perante as propagandeadas culturas e discursos oficiais, nas barbas do patriotismo e nacionalismo balofos de quem mandava, o sentimento enraizado entre as populações era de solidariedade e de entreatada decorrentes da **igualdade na miséria e no infortúnio**. A maneira de ser e de estar, de um e de outro lado da raia, era muito semelhante, já que forjado em relações de trabalho e de cooperação social e cultural sedimentadas em tantas gerações de relacionamento descomplexado e próximo.

3. Os Moinhos da Baságueda, desempenharam um papel importante nas rotas do contrabando. De facto, as pequenas comunidades



FISHEYE

dos moinhos acrescentavam à realidade da produção rural a mais-valia de transformarem o grão em farinha e o conhecimento das veredas e caminhos. Ir buscar o grão e entregar a farinha, era um permanente vaivém com os burros carregados de taleigos. Tem um grande significado social o testemunho vivo que recebi e vivi no moinho dos meus avós paternos, o moinho do “Maneiro”, entre Penamacor e Valverde del Fresno. A principal figura era a de minha avó Maria de Jesus que, com a sua postura matriarcal, retinha num dos palheiros os guardas fiscais bem alimentados, enquanto libertava os contrabandistas que ali tinham passado a noite escondidos. Era a solidariedade e cumplicidade com o elo mais fraco e com raízes no povo. Foi a acção notável e sempre generosa das mulheres, tão importante na sociedade rural e decisiva na luta pela sobrevivência, **luta afectuosa de heroísmo silencioso**.

Nas décadas de trinta e quarenta do século passado, as dificuldades alimentares vividas em Espanha, derivadas da Guerra Civil, levaram a um aumento de contrabando de farinha, o que originou um período de prosperidade e algum desafoço para as famílias dos moleiros. Mas, não era só a nível da troca e comércio de produtos, também a nível social, dos laços familiares e de entreatajuda se sedimentavam as relações de colaboração.

4. Partilha e afectos. Nos tempos conturbados da Guerra Civil de Espanha, refugiaram-se nos moinhos pessoas de todas as condições sociais, cansados da fuga e até feridos. Os seus relatos angustiados das perseguições, morte de pessoas indefesas, famílias dilaceradas por razões e acusações ideológicas, causaram o maior impacto e uma reacção humana de total solidariedade. Muitas dezenas de es-

panhóis foram acolhidos nos moinhos, recuperando das feridas do corpo e da alma, consolidando-se os laços de entreatajuda e novas relações que vieram até aos nossos dias. No campo da geografia humana, marcada pelos sentimentos, vontades e emoções, a fronteira não dividia, ela nem sequer existia.

Mais tarde, nas décadas de cinquenta e sessenta, eram as pessoas dos moinhos que recorriam ao médico do lado de Espanha, sendo famoso em Valverde del Fresno D. Pedro que até tinha equipamento de radiologia. Tinha nomeada, também, um agricultor D. Quico que, agradecido pela ajuda, recebia os portugueses sempre de braços abertos.

Com a evolução democrática dos dois países na década de setenta, o intercâmbio cultural e económico desenvolveu-se. Começou pela vertente dos acontecimentos festivos, com destaque para a presença de espanhóis na festa de Nossa Senhora do Bom Sucesso (Festa da Ribeira da Baságueda), e dos portugueses na festa e feira de Santo Isidoro, padroeiro dos agricultores em Valverde del Fresno e com tourada em San Martin de Trevejo. Deu-se, também, um salto enorme nas relações económicas, em que se manifesta maior pujança e capacidade de iniciativa do lado espanhol. Mais recentemente, a fronteira política e controlo de bens e pessoas foi abolida como fruto da União Europeia e a pauta da cooperação e intercâmbio cultural e económico aí está disponível e cheia de oportunidades. Importa que o **relacionamento seja descomplexado** e fundado nas já comprovadas relações afectuosas e solidárias. ☼

Lopes Marcelo



Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitano que esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

Monfortinho

Vêm cá uma vez por ano e pronto

Sentados num banco de pedra, junto da casa que foi de seu pai, António Mendes e a esposa, Isabel Maria de Jesus, assistiam ao desenrolar das festividades em louvor da padroeira da Aldeia, Nossa Senhora da Consolação, à qual está agregado o famoso bodo de Monfortinho. Nascido, criado e sempre residente na terra natal, há 84 anos que "vive" as festas. A esposa há menos tempo, pois é natural da vizinha Toulões e, porque o seu pai era GNR, fartou-se de percorrer terras para onde o progenitor era destacado em serviço. Até que este enviuvou, se enamorou de uma senhora em Monfortinho, com quem se casou, fixando-se ali definitivamente.

Gente de trabalho. O António trabalhou muitos anos na horticul-tura das termas. Mas também cortou muita lenha para alimentar os fogões dos Hotéis Astória e Fonte Santa. E "ganhei bom dinheiro com dois contratos que fiz com os CTT para colocação dos postes telefónicos desde a Zebreira", recorda.

A esposa, com menos um ano de idade, foi trabalhadora na Companhia da Fonte Santa. "Trabalhei na lavandaria durante 42 ou 43 anos, mas só fizeram 18 anos de desconto, por isso tenho uma reforma muito pequena", lamenta.

O bodo leva muita gente de todo o lado à terra. É uma forma de as casas da freguesia registarem algum movimento.

Dizem-nos que também já fizeram parte das comissões de festas, como de resto quase todos os cerca de 150 habitantes da Aldeia. "Os mordomos perdem muito dinheiro com a festa. São pelo menos 15 dias em que não se faz mais nada senão andarem a pedir aqui e nas terras vizinhas. Mas vale a pena", concluem.

No decurso da agradável conversa, vão relembrando os tempos em que havia inúmeros rebanhos de cabras, ovelhas, juntas de bois,

burros, cavalos, etc., e todos os terrenos eram cultivados. Terrenos que, há muitos, muitos anos, no tempo dos seus avós, pertenceram ao conde João Filipe de Proença-a-Nova e que 72 casais, rendeiros, adquiriram – uma parcela para cada – por um total de 300 contos de réis. "Eu ainda semeio batata e faço a horta. Tenho um burrito, dos poucos que ainda cá há".

Mas, de tudo, o que mais os impressiona é o facto de "noutros tempos não havia água, luz, casas de banho. Nada. As casas estavam todas ocupadas. Hoje há boas casas e estão fechadas. As pessoas vêm cá uma vez por ano e pronto". ❁

Jolon



Deseja continuar a receber a Revista?

A partir da presente edição, os interessados em continuar a receber a Revista VIVER devem manifestar a sua vontade através do endereço electrónico viver@adraces.pt ou por contacto telefónico – 272540200. Agradecemos, desde logo, a vossa compreensão pelo transtorno causado.



ADRACES



CENTA

Artesanato e Design juntos em projecto “Experimenta o Campo”

Por um lado, o tradicional artesanato, com fortes ligações culturais ao território e reflexo genuíno da identidade do povo. Por outro, o urbanizado design, ligado às indústrias e à produção em massa nas sociedades de consumo. Da tentativa de fusão destas duas áreas tão distintas nasce o projecto “Experimenta o Campo”, uma iniciativa assente na parceria entre o Centro de Novas Tendências Artísticas (CENTA) em Vila Velha de Ródão, a Escola de Artes e Design de Caldas da Rainha e os Artesãos da Beira Interior Sul e Alto Alentejo.

Retirar o maior partido das mais-valias de ambas as práticas, num processo de ajuda e partilha mútuas, para um maior equilíbrio das culturas urbanas, apostando no forte suporte da tecnologia aos ‘saber-fazer’ tradicionais, foi a estratégia escolhida para o desenvolvimento de um projecto integrado de revalorização do artesanato, baseado na inovação e experimentação de novas soluções para territórios de poucos recursos, essencialmente humanos.

A exposição é o resultado já avançado do projecto iniciado em 2006 e visa mostrar ao

público todo o processo criativo envolvido, através de fotografias e vídeos, e os objectos, na sua maioria protótipos, produzidos. A experiência pretende ser o motor de arranque para a abertura de novos mercados, demonstrando que existe procura justificada para a implantação real e sustentável de novos negócios e investimentos baseados nesta metodologia de simbiose entre os dois universos. A exposição passou ou vai passar até final deste ano por locais como Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão, Nisa, Caldas da Rainha, Porto e Lisboa. ☼



ADRACES

*Idanha-a-Nova*

Festival da Primavera mostra dinâmica escolar do concelho

Os três dias que anteciparam o feriado do dia 25 de Abril marcaram a comunidade escolar do concelho de Idanha-a-Nova. Pelo segundo ano consecutivo, o Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova realizou o Festival da Primavera, uma iniciativa que permite a abertura da escola a toda a população idanhense, no sentido de divulgar o trabalho desenvolvido entre alunos e professores ao longo do ano lectivo e, simultaneamente, proporcionar momentos lúdicos e pedagógicos aos educandos do concelho. À entrada da Escola EB 2,3/S José Silvestre Ribeiro, sede do agrupamento, ouve-se

de imediato a frescura dos risos infantis. Ao longo de todo o pátio banhado pelo sol primaveril, dezenas de crianças divertem-se com brincadeiras de antigamente e jogos tradicionais. Experimentam as andas, lançam o pião ou jogam à malha.

No interior de um dos pavilhões escolares, as actividades são mais sérias. Cada escola do agrupamento está representada por uma barraquinha, desde a primeira classe ao último ano de ensino secundário. Para os visitantes é possível comprar pequenas lembranças elaboradas pelos alunos ou simplesmente observar as actividades de-

envolvidas em cada disciplina.

Os mais petizes puderam ainda mostrar os seus dotes, com a preciosa ajuda dos professores, nas artes do espectáculo. Não faltaram as canções acompanhadas de belas coreografias ou a expressão dramática bem ensaiada nas peças de teatro.

A edição deste ano apostou na cooperação transfronteiriça, contando com a visita de algumas escolas espanholas. Uma boa oportunidade para mostrar aos nossos vizinhos a dinâmica escolar que ainda se consegue imprimir no nosso território de baixa densidade. ☼

A partir do presente número, incluiremos esta nova secção em cada edição, dando a conhecer como se vive do outro lado da raia e como nos vêem os nossos vizinhos. Embora a ausência de barreiras físicas, alfandegárias e/ou fiscais permita a livre circulação de pessoas e bens, as barreiras culturais, essas permanecem, impedindo-nos, por vezes, instintivamente, de ousar ir para além da antiga linha de demarcação! Será que existe verdade e razão no velho ditado popular que diz que: – “a galinha da vizinha é sempre melhor que a minha”?



POR LÁ, como por cá, mas com ALEGRIA!

*Entrevista a Ester Moran,
Alcaldesa (Presidente
do Ayuntamiento)
da Comunidade de Zarza
La Mayor, Espanha*

ADRACES

Há quanto tempo é que esta jovem mulher é Alcaldesa?

Vai fazer agora em Junho um ano. Antes disso estive quatro anos como Vice para ganhar experiência. Tenho 31 anos, solteira com noivo de ascendência portuguesa, natural de Zarza, com muito gosto e amor pela terra onde nasci.

Porque Partido foi eleita?

Zarza, desde a implantação da democracia, sempre foi sempre governada pelo Partido Socialista, tal como a Região Autónoma da Extremadura. A Junta da Extremadura sempre foi socialista, eu também fui eleita na lista do Partido Socialista.

Qual é a população de Zarza?

Hoje somos uma pequena povoação com 1570 pessoas, nos últimos cinco anos perdemos 150 pessoas. Nos últimos 50, descemos de cerca de 4500 para os números actuais, ou seja, a perda ronda as 3000 pessoas em meio século. A grande debandada deu-se nos 60.

Por falta de comida e trabalho, as pessoas tiveram que procurar outras regiões com mais oportunidades.

Muitas delas mantêm aqui as suas casas e voltam no Verão e nas épocas festivas. Também há quem compre casa para vir passar férias ou descansar.

Então acontece o mesmo que em Portugal?

Sim, acontece o mesmo. Temos culturas e problemas muito parecidos.

Eu pensava que aqui era muito melhor. Pelo menos é o que se diz lá do outro lado... “em Espanha a situação está muito melhor”.

Não, também temos as nossas dificuldades. O que temos é um sistema sanitário muito bom, tanto nas cidades como nas mais pequenas aldeias. O grande problema aqui em Zarza, como na maioria dos pequenos povoados, é a falta de empresas e trabalho, porque os jovens hoje querem bons trabalhos, e isso, Zarza não oferece.

Portanto, os jovens partem?

Sim. Parte dos jovens vão-se embora. Mas agora a situação estabilizou-se. A maior facilidade em deslocar-se permitiu que mais jovens vão trabalhar a Cáceres e regressem à noite, porque preferem residir aqui por causa da facilidade de acesso aos serviços sociais que temos. A nível social temos muitos serviços e as pessoas estão satisfeitas. Dispomos de médico, advogado, assistente social para a terceira idade ou jovens carenciados, dinamizador cultural e desportivo, etc.

Mas há apoio para quem não tem trabalho?

Sim, existem vários tipos de apoio. Também existe o que chamamos de salário mínimo interprofissional. Mas quem não tem trabalho, nem recursos, sobretudo por aqui nos campos, tem de trabalhar pelo menos 35 dias por ano para ter direito ao subsídio. Para além disso, mesmo nos meses em que estão desempregados, todos têm que pagar um selo de uns 60 euros por mês para garantir o subsídio de 300 euros mensais durante o máximo de seis meses por ano.

Em sua opinião, a protecção social na Extremadura é igual, melhor ou pior, do que no resto da Espanha?

Penso que é um pouco melhor que no resto de Espanha, porque este tipo de ajudas não existe em certos sítios, pela simples razão de que não precisam delas. São zonas que têm indústrias, que estão desenvolvidas. Na Extremadura esse arranque está apenas começar. Estão a abrir muitas empresas de energia eólica, solar e outras. Noutras Comunidades autónomas não precisam destes tipos de apoios, agora a Extremadura juntamente com a Andaluzia são zonas de nível um em termos de necessidades a nível europeu.

E existem oportunidades de empreender?

Necessitamos é de empreendedores, de gente que se lance e crie emprego privado, sobretudo a nível turístico onde Zarza tem muitas oportunidades, mas há que ter “um empurrão” e uma impulsão para a partir daí crescer para criar a sua própria empresa.

Sei que há possibilidades de comprar casa para viver, mas há possibilidade de adquirir terrenos para instalar negócio?

Sim. Temos um polígono industrial onde se pode adquirir terreno para desenvolver actividade industrial. Quanto a casa, a Junta da Extremadura fez 10 vivendas sociais aqui para gente carenciada que não tem possibilidades para comprar uma vivenda. Serve sobretudo para os jovens.

E os recursos para essas casas são da Junta da Extremadura ou do Ayuntamiento?

Há uma parte que foi suportada pelo Ayuntamiento. São 20 casas, 10 foram pelo Ayuntamiento e as restantes 10 pela Junta da Extremadura. Isto em terrenos do Ayuntamiento; nós facilitámos os terrenos para que isto pudesse ser feito.

O Ayuntamiento tem muitos terrenos?

Sim. Mas estamos a tentar não criar mais terrenos para vivendas. Queremos que as vivendas antigas sejam reabilitadas, porque neste momento estão a criar-se duas Zarzas: uma antiga e uma moderna. A antiga está a ficar sem pessoas, porque toda a gente está a querer ficar na zona moderna. E isto porque uma casa antiga custa tanto dinheiro como uma moderna.

O que pensa das aldeias do lado de lá?

Penso que têm muitas coisas em comum com as nossas. Estivemos durante muito tempo distanciados, apesar da proximidade em quilómetros. Agora temos esta nova estrada que nos une muito mais. O que eu acho é que temos de trabalhar e aproveitar os recursos mútuos conjuntamente. Zarza tem uma boa relação com Portugal,



mas, sobretudo no sector do turismo e da indústria, devem unir-se as forças para desenvolver ambos os países.

Quem são os vossos interlocutores do outro lado?

Os que estão mais próximos de nós é Salvaterra do Extremo, mas as nossas relações fazem-se sobretudo com a Câmara de Idanha-a-Nova.

Está optimista, porquê?

Estou muito optimista. Mas necessitamos de mais diálogo entre ambos os países. Eu tenho força e muita ilusão e, sendo jovem, não posso ser pessimista, tenho de ser optimista. Penso que com a força de vontade dos jovens se conseguem muitos projectos.

Coisas concretas para fazer?

Programado há de momento um raly português que está a contar com a nossa colaboração, porque o percurso também vai passar por Zarza. Temos realizado muitas actividades, tivemos um dia de convivência com Portugal que se celebrou dia 17 de Maio, fizemos uma descida do Rio Erges em piraguismo desportivo numa distância de 17 quilómetros, que contou com 200 participantes portugueses e espanhóis. Temos muitas actividades culturais conjuntas. Agora, um projecto que é muito importante para o futuro, que vai custar imenso, mas que é mesmo importante fazê-lo é a construção de uma ponte a sério de ligação ao vosso país. A que existe neste momento não permite que os grandes camiões passem e logo as relações comerciais ficam condicionadas. Precisamos então de uma nova ponte, ali no mesmo local.

Não havia uma iniciativa chamada a Feira Raiana... que se passa com o evento?

Eu penso que se confundiu o enfoque da iniciativa. Converteu-se numa feira de venda, quando nasceu para ser uma feira de turismo. Portanto, desvirtuou-se. Eu creio que se tem de procurar outro tipo de eventos, mas organizados de diferente modo. Esta feira, no seu final, tinha custos elevadíssimos de organização e não teve uma boa repercussão.

Porquê?

Era uma feira que misturava muita coisa. Havia gado, havia turismo, havia venda e comércio de produtos, o que acabou por desvirtuar a verdadeira essência da feira. Penso que se fazemos uma feira



cultural é uma feira cultural, se fazemos uma feira de turismo é uma feira de turismo, se é uma feira de gado é uma feira de gado, onde se mantenha sempre a qualidade.

O que é que têm dito do lado de Portugal?

Não sei o que dizem do vosso lado, porque não tenho falado recentemente deste tema com ninguém, mas não se podia suportar economicamente a despesa com a feira. A solução seria em Espanha encontrar um edifício, onde se situe a Associação Raiana entre Espanha e Portugal para criar actividades conjuntas. Já está a fazer-se, mas ainda não está terminado, é um plano de futuro.

Há gente de Portugal que vem instalar-se aqui deste lado? Há portugueses que atravessam o rio para vir trabalhar aqui ou mesmo morar aqui?

Neste último ano, vieram para Zarza dois ou três casais portugueses. Uma das famílias abriu um bar aqui, são duas raparigas, logo os familiares também têm vindo a trabalhar para Zarza, cerca de 15 a 20 dias por ano com o Ayuntamiento. E há muitos casos em que há muitos portugueses que casam com espanholas ou portuguesas que casam com espanhóis.

Qual é a sua formação?

Sou Técnica Especialista Administrativa e Professora de Educação Física.

Por isso tem toda essa energia?!?

(Risos). Sim, também por isso.

Há associações cá em Zarza?

Sim, há bastantes. E o Ayuntamiento colabora muito com elas, assim como elas colaboram imenso connosco.

Em Espanha funcionamos de maneira diferente de Portugal. Zarza, Ceclavín, todas as aldeias se unem e isso forma uma Mancomunidad que partilha os serviços. Aqui a nossa mancomunidad é Ribera de Fresnedosa e que engloba 13 povoados.

São povoados de diferentes tamanhos?

Sim. Há as povoações de 30 habitantes, de 200 habitantes, até outras que têm 13 mil habitantes.

E como se exerce a presidência da Mancomunidad?

Elege-se um alcaide que será o presidente. Neste momento está nas mãos de um povoado pequenino que tem pouco mais de 200 habitantes. Reunimo-nos uma vez em cada mês e abordamos diversos assuntos, dividindo por cada povoado uma quantia monetária e compartilhando-se os serviços.

A ajuda monetária vem da Junta da Extremadura e do Estado directamente para a Mancomunidad?

O Estado não entra, apenas a Junta da Extremadura. A Junta da Extremadura tem apoiado este projecto para unificar todos os serviços, para que todas as aldeias possam manter esses serviços. Há povoados muito pequenos que não tinham forma de contratar certos serviços se estivessem isolados. Assim partilham-se os serviços entre todos. Esta foi uma iniciativa da Junta da Extremadura. Em Castilla e Leon, os povoados pequenos estão a acabar, porque se leva os serviços apenas para as grandes cidades. Aqui não. Aqui tenta-se dar os serviços tanto aos pequenos como aos grandes, para que não tenhamos de ir a outros sítios.

Como estão as escolas primárias? Estão a fechar nas aldeias pequenas?

Na Extremadura ainda não.

Mesmo quando não há crianças?

Não. Têm de ter um mínimo de crianças. Quando não existem mais do que quatro crianças nessa escola, ela encerra.

E até agora sempre tiveram o mínimo de alunos para manter a escola aberta?

Aqui em Zarza temos mantido 115/120 crianças na escola.

Para uma população total de 1500 pessoas?

Sim, à volta disso. A média não é muito alta por família, cerca de 0.3 por família, mas as nossas crianças ficam aqui a estudar até aos 12 anos. A partir dessa idade há um autocarro que as transporta para um Instituto Maior em Ceclavín. Queríamos abrir uma creche dos 0 aos 3 anos, mas para isso era necessário que nascessem mais crianças.



Como têm os serviços essenciais as pessoas partem menos?

Há até muitos portugueses a usufruir dos nossos serviços, sem viver aqui em Zarza. Para ter direito à Segurança Social, para ir ao médico e outros serviços, registam-se no nosso sistema.

Pode explicar-me isso mais em detalhe?

Há portugueses que, mesmo não vivendo em Zarza, registam-se aqui para poderem ter melhores serviços. Ou seja, eles registam-se como vivendo em Zarza porque dispõem de casa cá de algum familiar, é mais um habitante para Zarza, mas depois não vivem cá. Vivem entre Espanha e Portugal, mas beneficiam dos serviços de cá, porque dizem que são melhores do que os de Portugal.

Têm ciganos cá?

Poucos, mas temos.

E se vierem mais?

Temos muito boas relações com eles. É gente que está em Madrid, que vem algumas temporadas para cá, são educados, não se metem com ninguém. Mas sei que em Portugal são um problema. Aqui não. Pelo contrário, são os ciganos que movimentam aqui dinheiro.

E como passou dos 15 aos 30 anos cá na aldeia? Onde estavam as discotecas?

Há aqui muito movimento. Temos duas discotecas de Inverno e duas discotecas de Verão. Bem, mas durante essa idade, eu estive até aos 24 anos em Cáceres a estudar, fiz todos os meus estudos lá. Só vinha aos fins-de-semana, e estava sempre desejava para regressar à minha terra. Ademais, a festa é fantástica em toda a Espanha, há muita alegria. No Verão muitos portugueses vêm à festa, principalmente na Semana Santa. Se os jovens pensassem todos em ir embora, só ficavam os velhos na aldeia. Então eu penso que temos de lutar para continuar na nossa terra.

No entanto é preciso saber como se luta. Porque uns na sua luta conseguem mais do que os outros. Até porque a convicção em Portugal é que a vossa luta dá mais frutos. Que passando a fronteira, tudo é melhor. É sempre o mesmo – a casa do vizinho é sempre melhor do que a minha?

É verdade que também temos muitos dos mesmos problemas, mas o Governo “Autonómico” ajuda-nos muito, e há muita ciência e muito controle sanitário de todos os produtos que se vendem, sobretudo os comestíveis, queijo, fiambres, etc. Em Portugal há menos controle, então há maneiras de fugir à lei. Aqui há muito menos comércio clandestino, aqui tudo é reconhecido, seriado, controlado.

Que é que aqui se produzia antes e já não se produz mais hoje em dia?

A seda. Isto era uma Real Fábrica da Seda, num total de três em toda a Espanha. Zarza era rica naquele tempo. Mais recentemente, Zarza também era uma boa produtora de azeite. Até há bem poucos anos havia um lagar em funcionamento, hoje ele lá está, mas encerrado por má gestão e porque se manteve maquinaria muito antiga. O lagar era de todo o povo da aldeia, as mais distintas pessoas o utilizavam. Hoje, já não se produz azeite. A azeitona colhida actualmente aqui na aldeia segue para Ceclavín, Alcantara e outros locais para ser transformada em azeite. Antes havia também um oleiro que trabalhava o barro, hoje já não existe. Os ofícios tradicionais perderam-se.

E se eu vier para Zarza e quiser instalar um lagar que tipo de apoios encontraria aqui?

Bem, não seriam do Ayuntamiento, ou melhor do Ayuntamiento seria o terreno, mas os apoios económicos proviriam da Junta da Extremadura para a criação da empresa.

Pode falar-me um pouco da origem de Zarza?

Pensa-se que a origem de Zarza é anterior à época romana. O nome da aldeia provém do nome de uma espécie de matas compostas essencialmente por plantas espinhosas que há muito aqui nos nossos campos. Mas Zarza la Mayor teve outro nome que era Zarza la Quemada, porque em tempos essas matas foram queimadas e só mais tarde se adoptou o nome de Zarza la Mayor.

Então e a actividade que deu nome e dinâmica à economia de Zarza foi o azeite?

Não, foi mesmo a seda.

E as amoreiras, que é feito delas?

Tiveram a infeliz ideia de pensar que as amoreiras não eram rentáveis. Então cortaram-nas todas e plantaram oliveiras e outras árvores em seu lugar. Foi um erro tremendo. Desde então a economia de Zarza decresceu imenso, porque aqui vivia-se da seda. Foi uma pena.

Então boa sorte para Zarza!

Olhe, pelo menos que possamos viver e morrer na aldeia onde havemos nascido. Eu gosto muito de viajar, mas não gostava de regressar e ver a minha aldeia acabada ou com muito poucos habitantes. E há que dar um apoio condigno à terceira idade, há que atender a toda a gente.

Gostaria de nos dizer mais alguma coisa?

Sim, gostava de dizer que estamos muito optimistas, porque o grupo todo é composto por gente muito jovem com muita força de vontade, temos muitas e boas relações com Portugal. Maria, a nossa tenente-alcaide fala perfeitamente o português, o que nos é bastante útil para dialogar com Portugal. ☘



Atirando pedrinhas na poça

1. Nós @s Cuncas, (igualdade de género e modas são coisas a que damos muito valor). Esta da @rroba poder ser igualmente masculina, cá os Cunc@s gostamos! Gostamos e passamos a usar, sim senhor@. Ao menos assim cada qual pode ser coiso ou coisa sem andarem “p’raí” a criticar a falta de coerência entre a designação de género e o género propriamente praticado.

Sempre que a “língua” acompanhe as tendências da evolução da sociedade, será uma língua viva e, como agora se diz, activa e pronta a desbravar as mais recôndit@s e inacessíveis cavernas da Humanidade.

Bem-haja por tal facilitação.

2. Ai querid@s (estão a ver como é prático) neste tempo em que vos escrevo, neste mês de Abril do ano d@ Senhor@ de 2008, como é folgadoamente do vosso conhecimento, (estamos na sociedade dele não é?) a Páscoa veio cedo e o Carnaval seguiu-se sem atrasos. São duas comemorações inseparáveis que devem ter sido inventadas por algum político que precisava dos votos “d’uns e d’outros”, beat@s e folgaz@es.

Vai daí, logo após o período austero do jejum, da abstinência e da concentração e reza, para compensar, venha a exposição da carne bem despida e a alegria desinibidora de preconceitos pecaminosos diluídos em vapores inebriantes de álcool, ritmo e cor; venha a libertação das penitências da Páscoa, venha o Carnaval!

3. Cá para o Abel, tal como já vos disse o ano passado, este é um período enevoado, rolo por estas ravinas e vales meio zonzo, aos encontrões com a “concaria” cá destes leitões húmidos em que vamos existindo. As comezainas encadeiam-se umas nas outras, ainda os alvíos da última não chegaram, já abarroto com outra! O que nos vale, são os arezinhos frescos desta quadra; celebrações religiosas, pagãs e outras assim-assim, todas elas pretexto para beber mais uns líquidos e esquecer o que p’raí vai e vem... dizem tanta coisa que até nós, sólidos e rij@s como somos, andamos muito aflitinh@s com os rumores... coisas difíceis de entender.

Ora ponham lá o vosso “callcenter” para funcionar e matutem nas nossas aflições:

As ameaças são muitas, parece que, segundo pude ler num dos mais oficiais órgãos de comunicação da paróquia, cá pelas terras do falecido Wamba até o futebol já anda com a “corda ao pescoço”! Já pensaram... se este nobre desporto fosse jogado com umas “cuncas” bem redondinhas, a consistência das ditas acabaria por ser muito mais eficaz que os papelinhos vermelhos enviando para fora dos campos, “desta para melhor”, muito mais praticantes, proporcionando espectáculos mais apelativos, com mais daquilo que até arrepiam os pelinhos, com maiores receitas e uma muito maior rotação de artistas, o que ajudaria em muito, a combater a taxa de desemprego!

4. Por outro lado, andamos aflitos com as incertezas das obras ali p’rós lados do Vale Morão, nem sabemos para onde mudar, para nos livrarmos do afogamento anunciado... Alvito para cima, Alvito para baixo, e @s cuncas da tribo dos Ocreza, nossos parentes, rolam em sobressaltos, sem descanso. Um dia destes (já anunciaram) querem ir entulhar as docas, para ver se encontram um pagador das promessas feitas, capaz de explicar o entaramelamento da coisa.

5. Depois, aparecem coisas que nem aos Cuncas se nos vêm ao tóuço, o aluno preso ao aquecimento da escola pelo professor – disseram que era “para derreter”, como medida contra a obesidade! E lá no “Entroncamento” da BIS, mais conhecido por Alcains, segundo o mesmo “Órgão”, há mais fenómenos...

Por ali nem só os cereais aumentam, veja-se a tal couve gigante, mais de 5 metros de talo... que grande talo!

Já me vou, rio acima, até à sombrinha da ponte do Ponsul, que estamos a chegar ao Verão. Alevanta-se o Sol e nós ficamos p’ráqui capazes de estrelar ovinhos.

Até Junho. Andem pela sombra e talvez nos encontremos.

Sempre devotadamente vosso, só para algumas coisas, já se vê.



Castelo de Peña Fiel - Espanha

Nesta edição destaca-se:



Tribuna da Cidadania

Virgínia Sereno: A Cidadania exercida com alegria...

04

“Sempre fui uma pessoa do verbo ir. Sempre tive apetência pelo que é novo. – Se é novo... então vamos lá a ver no que é que dá! Claro, é preciso ir, a gente vai!”



Grande Tema

Cooperação e Desenvolvimento Local – Mitos e Realidades

11

“[...] embora saibamos que as boas práticas de cooperação estão longe de ser uma realidade generalizada nas intervenções de Desenvolvimento Local, e por isso, defendemos a necessidade de continuamente insistir na pedagogia da acção conjugada, na importância de combater o protagonismo individualista, nas vantagens decisivas de agrupar, juntar, unir, coordenar esforços, e... evitar os perigos fatais do isolamento, da acção pessoal isolada pelo segredo, da tentativa de desunir para reinar, da falta de concepção, programação e execução conjuntas, etc”.



Ao Sabor da Pena

Pontes para uma ruralidade renovada

33

“É importante que os territórios se abram ao mundo, mas de forma organizada e inteligente. Diferenciada. O que quer, desde logo, significar a definição de uma estratégia e de um projecto claro com prioridades estruturadas. A ideia não é apanhar o primeiro autocarro que passe. Pode muito bem ir numa direcção que não sirva o nosso interesse. Se a cooperação é, manifestamente, uma porta aberta para uma ruralidade renovada, importa, de igual modo perceber, que, para isso, é fundamental, paralelamente, colocar as áreas rurais em posições que lhes permitam filtrar as oportunidades que vão surgindo” – Domingos Santos



Teorias e Práticas do Desenvolvimento Local

Como reconhecer onde e como acontece o Desenvolvimento Local

39

Assim o “DL” e as suas práticas, muitos evocados e teorizados, continuam na “abstracção”, raramente utilizados como marca distintiva das iniciativas desenvolvidas segundo os seus princípios e fundamentos.

